

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR
CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**O USO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS COMO
ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE
PRESERVAÇÃO PERMANENTE: A EXPERIÊNCIA
DO CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS
POPULARES - CETAP**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Carla Patrícia Noronha Dornelles

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**O USO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS COMO
ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE
PRESERVAÇÃO PERMANENTE: A EXPERIÊNCIA DO
CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS
POPULARES - CETAP**

Carla Patrícia Noronha Dornelles

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista

Orientador: Prof. Dr. Danilo Rheinheimer dos Santos

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**O USO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS COMO ESTRATÉGIA DE
RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: A
EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS
POPULARES - CETAP**

elaborada por
Carla Patrícia Noronha Dornelles

como requisito parcial para obtenção do grau de
**Especialista em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo**

Comissão examinadora:

Danilo Rheinheimer dos Santos , Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Clayton Hillig, Dr. (UFSM)

José Geraldo Wizniewsky, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 15 de julho de 2011.

RESUMO

Monografia de Conclusão de Curso
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo
Projeto Residência Agrária
Convênio PRONERA/INCRA
Universidade Federal de Santa Maria

O USO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS COMO ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES – CETAP

Autora: Carla Patrícia Noronha Dornelles
Orientador: Danilo Rheinheimer dos Santos
Santa Maria, Agosto de 2011.

A agricultura familiar do Brasil é composta basicamente de pequenas propriedades. Mais especificamente no Rio Grande do Sul, a colonização se deu de forma que muitas dessas propriedades, além de terem pequenas áreas de terra, estão com essas áreas inseridas em locais que deveriam ser reservados para a preservação dos recursos naturais, tanto em propriedades familiares quanto nos lotes da reforma agrária. Nesse sentido, o trabalho de convencimento sobre a necessidade e importância da reserva e recuperação de áreas esbarra na necessidade que as famílias têm em gerar sustento para poderem se manter na atividade agrícola. Assim, desenvolver ferramentas que aliem a preservação com a produção de alimentos é um desafio que traz inúmeros benefícios e possibilita gerar debate e reflexão acerca do assunto. O Centro de Tecnologias Alternativas Populares – CETAP, vem desenvolvendo, no decorrer de sua história, diversos trabalhos e projetos na área, demonstrando, através do desenvolvimento de sistemas agroflorestais, que, não apenas é possível aliar preservação e produção de alimentos, como também este é um passo a mais na promoção da agroecologia junto às famílias acompanhadas pela entidade, trabalho este que agora é levado para os assentamentos acompanhados pela equipe. O presente trabalho tem como objetivo investigar as potencialidades e desafios do uso de sistemas agroflorestais como estratégia para incentivar entre os agricultores/ assentados a recuperação de áreas de preservação permanente no trabalho do Centro de Tecnologias Alternativas Populares – CETAP, através da percepção dos atores envolvidos no processo e como esse trabalho vem se desenvolvendo dentro da instituição. O que se percebe é que o uso de sistemas agroflorestais é uma ferramenta importante para incentivar a recuperação de áreas e introduzir o debate e a reflexão acerca da importância de se estabelecer áreas de preservação mesmo em pequenas unidades assim como trazer o debate da agroecologia, sustentabilidade e preservação para o dia-a-dia das famílias.

Palavras-chave: Sistemas Agroflorestais. Recuperação de áreas de preservação permanente. Centro de Tecnologias Alternativas Populares – CETAP. Agroecologia.

ABSTRACT

Monograph of Specialization
Pos Graduation Program in Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo
Federal University of Santa Maria

USE AGROFORESTRY RECOVERY STRATEGY AS PERMANENT PRESERVATION AREAS: THE EXPERIENCE OF CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES – CETAP

Author: Carla Patrícia Noronha Dornelles

Advisor: Danilo Rheinheimer dos Santos

Date and place of defense: Santa Maria, August, 2011.

Family farming in Brazil is composed primarily of small farms. More specifically in Rio Grande do Sul, colonization took so many of these properties, and have small areas of land, with these areas are inserted in places that should be reserved for the preservation of natural resources, both on family farms and in lots of land reform. In this sense, the work of conviction about the need and importance of the reserve and recovery of areas that touches on the need for families to produce food in order to stay in farming. Therefore, developing tools that combine preservation with food production is a challenge that brings numerous benefits and allows to generate discussion and reflection about the subject. The Center for Popular Alternative Technologies - CETAP has been developing over the course of its history, several studies and projects in the area, showing, through the development of agroforestry, which is not only possible to combine conservation and food production, but this is a further step in promoting agroecology with families accompanied the body, work that is now taken for settlements accompanied by the team. The present work aims to investigate the potential and challenges of using agroforestry as a strategy to encourage among farmers / settlers recovery in areas of permanent preservation work of the Center for Popular Alternative Technologies - CETAP, through the perception of actors involved in process and how this work has been developed within the institution. What we see is that the use of agroforestry is an important tool to encourage the reclamation and enter the debate and reflection on the importance of establishing conservation areas even in small units so as to bring the discussion of agroecology, sustainability and preservation for the day-to-day families.

Keywords: Agroforestry. Recovery of permanent preservation areas. Centro de Tecnologias Alternativas Populares - CETAP. Agroecology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da divisão dos lotes do Assentamento Três Pinheiros	28
Figura 2 – Imagem do Sistema Agroflorestal do Assentamento Três Pinheiros, com diversas espécies arbóreas e de adubação verde em plantio consorciado e integradas à paisagem natural.	30

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I - Roteiro de entrevista dos técnicos.....	72
ANEXO II – Roteiro de entrevista dos técnicos dos assentamentos.....	73
ANEXO III – Roteiro de entrevista dos agricultores	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
ConFIE	Convênio INCRA – FAPEG - EMBRAPA
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPEG	Fundação de apoio a Pesquisa Edmundo Gastal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ONG	Organização Não-Governamental
PDA	Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos
PRA	Plano de Recuperação dos Assentamentos
SAF	Sistema Agroflorestal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 OBJETIVOS	13
1.1 Objetivo Geral	13
1.2 Objetivos específicos	13
2 JUSTIFICATIVA	14
3 REFERENCIAL TEÓRICO	16
4 DESCRIÇÃO DOS LOCAIS ESTUDADOS	20
4.1 O Centro de Tecnologias Alternativas Populares – CETAP	20
4.2 Descrição dos Assentamentos	27
4.2.1 O Assentamento Três Pinheiros	27
4.2.2 O Assentamento Nova Estrela	31
4.2.3 O Assentamento Nova Esmeralda	32
4.2.4 O Assentamento Nova Batalha	33
4.3 Breve descrição das áreas analisadas fora dos assentamentos e seus sistemas agroflorestais	34
4.3.1 Propriedade 01, no município de São Domingos do Sul	34
4.3.3 Propriedade 02, no município de Casca	35
Propriedade 03, no município de Santo Antônio do Palma	35
5 ENTREVISTAS E ANÁLISE DE MATERIAL	37
5.1 Roteiro dos coordenadores e técnicos (que não fazem parte do corpo técnico dos assentamentos) – ANEXO I	38
5.2 Roteiro de entrevista para o corpo técnico dos assentamentos – ANEXO II	39
5.3 Roteiro de entrevistas para agricultores ecologistas e agricultores assentados – ANEXO III	40
6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	41
6.1 Relato das impressões colhidas durante entrevistas com coordenação e equipe externa aos assentamentos	41
6.2 Relato das impressões colhidas durante entrevistas com o corpo técnico dos assentamentos	45
6.3 Relato das impressões colhidas durante entrevistas com as famílias de agricultores ecologistas e agricultores assentados	53
7 ANÁLISE DOS RESULTADOS	62
8 CONCLUSÃO	67
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	69
ANEXOS	71

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, agricultura e preservação ambiental são dois conceitos que não caminham de mãos dadas. Desde a época em que o homem passa a desenvolver ferramentas que lhe permitem ser soberano no processo de produção, deixando de ser um mero coletor daquilo que a natureza lhe oferecia e passando a produzir aquilo que era de seu interesse, que as paisagens naturais vêm sendo modificadas para usufruto da humanidade.

E essas modificações, embora tenham sido o fator que permitiu ao homem espalhar-se pelos mais remotos cantos do planeta e viver nas situações mais adversas, aliadas as tecnologias desenvolvidas desde então, trouxeram problemas que, cada vez mais, se fazem presentes no contexto de vida de todos hoje em dia.

Muito disso se deve pelo pensamento tradicional de que os recursos naturais estavam disponíveis e eram infindáveis, mas o que entendemos hoje é que a vida do planeta está baseada em um delicado equilíbrio, que está sendo afetado, cada vez mais, pelo nosso modo de vida.

Algumas culturas já entendiam isso há muito tempo, sendo que, ainda hoje, embora muito tenha se perdido, podemos conhecer em diversas partes do mundo exemplos de agricultura que se adaptou ao meio e sobreviveu à gerações, numa relação harmoniosa com o meio no qual estão inseridas.

No entanto, essa não é a regra, pois a realidade é diferente na maior parte dos casos. A produção em larga escala, especialmente a monocultura, geralmente vem associada a uma massiva destruição da paisagem e dos recursos naturais, impondo ao ambiente uma mudança radical. E essas mudanças têm trazido conseqüências nefastas ao ambiente como um todo.

Perda de fertilidade dos solos: perda dos próprios solos, desnudados em lavouras que perdem toneladas de seu material à menor chuva; assoreamento dos rios, poluição das águas com perda massiva da fauna e flora aquática pela contaminação com fertilizantes e defensivos químicos, imprescindíveis no modelo agrícola dominante e; supressão da vegetação nativa para a expansão das lavouras, são apenas alguns exemplos das conseqüências de um modelo agrícola que não leva em consideração o meio no qual está inserido, trazendo conseqüências bastante sérias para o meio. Todo esse processo se justificava pela necessidade de se produzir alimentos para uma população cada vez maior no mundo todo. No entanto, o que se percebe é que esses problemas ambientais levam a uma perda massiva da produtividade dos sistemas,

necessitando de mais tecnologias, que geram novas conseqüências, num ciclo vicioso onde os malefícios são justificados pelos benefícios, mas os próprios benefícios são os problemas futuros que terão que ser corrigidos.

Na tentativa de proteger o que ainda resta dos recursos naturais disponíveis, manter a sanidade dos recursos hídricos e dos solos, além de reservas de vegetação, a única solução viável, dentro deste modelo dominante, é impor leis severas que impeçam a supressão daquilo que ainda resta, especialmente em áreas onde a interferência humana pode trazer maiores prejuízos. Para isso a lei brasileira tem um Código Florestal, que atualmente está sendo discutido junto às instâncias políticas, numa tentativa de se modificar alguns de seus itens. Neste trabalho, no entanto, não nos deteremos nesta proposta de um novo Código Florestal, e nos basearemos naquele que está atualmente em vigor, a Lei 4.771 de setembro de 1965 e todas as suas inclusões e modificações através de Instruções Normativas, Decretos, Emendas, entre outros.

Estes documentos todos, que são, na sua unidade, o nosso Código Florestal, possuem uma série de termos e denominações que servem para identificar os locais onde os cuidados com a preservação devem ser maiores, os tipos de paisagens existentes e suas vegetações específicas. Ao mesmo tempo, institui diversas formas de se proteger os remanescentes vegetais e os locais mais sensíveis à ação humana, como parques, sítios e as áreas de preservação permanente.

De todas elas, as áreas de preservação permanente são as que trazem maiores discussões, pelo fato de obrigar qualquer um que possua terras a se comprometer com a preservação dos recursos naturais quando em sua propriedade houver alguma dessas áreas. Como o modelo agrícola dominante não trata de uma relação de produção e preservação da natureza, o que se vê, tradicionalmente, são agricultores que não têm por tradição preservar recursos, reservar áreas, cuidar da manutenção do meio ambiente. Assim, enxergam essas áreas como potenciais áreas agricultáveis que simplesmente estão impedidas de serem usadas em função da legislação. Daí a grande discussão sobre mudanças a respeito dessas leis.

Na agricultura familiar o quadro é ainda mais problemático. A agricultura familiar brasileira é composta basicamente de pequenas propriedades, de onde famílias precisam tirar seu sustento. No Rio Grande do Sul, mais especialmente, existem ainda fatores como o modelo de colonização, que levou muitos agricultores a se instalarem em áreas declivosas e acidentadas, tendo suas propriedades totalmente inseridas (muitas vezes) e sendo agricultadas em locais que deveriam estar totalmente protegidos segundo a legislação, pela sua instabilidade.

Assim, gera-se um problema ainda maior, pois estes agricultores não possuem alternativa a não ser continuar produzindo em áreas proibidas.

E essa é a realidade que a maioria dos técnicos encontra ao iniciar suas atividades no campo, seja em assentamentos ou nas demais propriedades: agricultores com poucas terras, terras estas que, especialmente nos assentamentos, muitas vezes estão em condições ruins para agricultura; agricultores acostumados à um modelo agrícola baseado na exploração dos recursos sem a tentativa de uma relação de troca com o meio no qual estão inseridos; a mentalidade tradicional, vinda do modelo dominante, de que os recursos devem ser explorados à exaustão, e que a paisagem natural deve ser suprimida para dar lugar à lavouras que não dialogam com o local, pois seguem um padrão de produção igual em todo lugar, e a natureza vista como algo que deve ser manipulado e suprimido para a expansão dos plantios e ampliação dos lucros.

O que fazer frente a esse quadro? Como deve se portar o técnico ao saber da importância da preservação dos recursos, da sustentabilidade dos ecossistemas, mas também da necessidade dos agricultores em produzir e desenvolver economicamente seus lotes e propriedades, em gerar renda e produzir alimentos para as suas famílias em espaços muitas vezes restritos de produção? Deve simplesmente obrigar os agricultores a manter áreas preservadas e intocadas, pela incapacidade de pensar em alternativas que possam melhorar o quadro que se apresenta? É possível aliar, num mesmo local, preservação de recursos e produção de alimentos?

Muitas são as iniciativas que vêm sendo desenvolvidas na tentativa de aliar a produção e a preservação. É claro que, em sua grande maioria, essas iniciativas demandam uma mudança na concepção de produção, vendo-a como uma geradora de alimentos e não de *commodities*, visando o sustento das famílias e uma alternativa de geração de renda para agricultores e assentados que possuem pequenos espaços de terra, sem esquecer da necessidade de se relacionar com o meio de forma a garantir que os recursos estejam disponíveis no decorrer do tempo.

O Centro de Tecnologias Alternativas Populares – CETAP, vem, há algum tempo e à exemplo de outras iniciativas, desenvolvendo tecnologias que aliam produção e preservação dos recursos, numa relação harmônica entre produtor e natureza, com ambos saindo beneficiados do processo.

O presente trabalho é uma tentativa de demonstrar como esse processo vem se desenvolvendo, como ele chega aos agricultores, passando por uma discussão e mudança ou

reafirmação de concepções de toda uma equipe de trabalho e, por fim, como isso chega e é trabalhado nos assentamentos acompanhados pela entidade.

1 OBJETIVOS

1.1 Objetivo Geral

Analisar como o Centro de Tecnologias Alternativas Populares – CETAP, vem trabalhando a viabilidade e potencialidades da utilização de sistemas agroflorestais como estratégia para geração de renda, preservação e recuperação em áreas de preservação permanente de assentamentos e demais grupos assistidos, à partir da análise da Legislação vigente, consulta bibliográfica e percepção dos atores envolvidos no processo, demonstrando, através de exemplos, como isso vem sendo desenvolvido na entidade.

1.2 Objetivos específicos

- Analisar a Legislação Ambiental sobre as possíveis ações em APPs, para verificar a viabilidade do objetivo do trabalho;
- Consultar bibliografia sobre os casos em que estas práticas já são utilizadas, verificando se a aplicação dos SAFs nessas áreas cumpre seus objetivos de implantação;
- Investigar o grau de compreensão dos agricultores sobre o que são áreas de preservação permanente e sua função no contexto dos lotes, bem como sua compreensão sobre os sistemas agroflorestais e suas contribuições para a dinâmica da propriedade e a relevância do trabalho que vem sendo realizado;
- Investigar como o tema “sistemas agroflorestais” é trabalhado dentro do CETAP, nos mais diferentes públicos, especialmente nos assentamentos, analisando potenciais e limites no processo;
- Relatar a percepção dos técnicos sobre o tema, como vêem o trabalho e o que pensam à respeito da utilização de SAF's dentro da proposta apresentada.

2 JUSTIFICATIVA

As áreas de preservação permanente (APP's) estão previstas em lei, estando definidas como “*área protegida (...), coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas*” (BRASIL, 1965, p. 01). Sendo que todas as propriedades, em todo o território nacional, desde que tenham em sua superfície lagos, rios, reservatórios, nascentes, áreas declivosas, banhados ou outra forma prevista em Lei, terão que ter uma APP. Por ser um espaço com fins de preservação, toda a interferência no local deve ser feita seguindo critérios muito específicos, para se garantir a manutenção e sustentabilidade do local e do ecossistema no qual ele está inserido.

No entanto, ao se dialogar com agricultores sobre a necessidade da preservação das áreas e dos recursos, normalmente o que se trabalha é a imposição da Lei, ou seja, a justificativa da necessidade de APP's é simplesmente a lei vigente, e não os benefícios que essa preservação gera. Além disso, no contexto da agricultura brasileira, especialmente no sul do país, com suas pequenas propriedades, muitas vezes situadas em regiões declivosas, a aplicação integral da lei ocasionaria uma perda substancial de áreas hoje utilizadas para a agricultura, incluindo casos em que se inviabilizam propriedades inteiras, que estão situadas, por exemplo, em regiões de serra.

Por isso, o trabalho de convencimento junto às famílias para que tenham APP's em suas propriedades, esbarra em uma série de empecilhos que muitas vezes inviabilizam o estabelecimento dessas áreas, pois os agricultores resistem muito a “perder” um pedaço de suas terras, deixando de produzir neste espaço para que ele se preste a fins de preservação.

Criar estratégias que consigam estabelecer o espaço de preservação a partir de uma atividade que, ao menos por algum período inicial, gere renda dentro dessas áreas, trabalhando a preservação a partir de uma proposta de integração entre esta e a produção, pode ser uma importante ferramenta para o convencimento e facilitação do trabalho, especialmente em assentamentos da reforma agrária.

Nesse contexto, os sistemas agroflorestais – SAF's, podem ser uma estratégia válida para contribuir com a recuperação de áreas de preservação permanente, uma vez que aliam a

recuperação de áreas com a produção de bens de consumo e alimentos, gerando renda ou servindo como área de produção para subsistência das famílias.

Nos trabalhos do Centro de Tecnologias Alternativas Populares – CETAP, o uso de sistemas agroflorestais como estratégia de recuperação de áreas (inclusive aquelas que não são de preservação permanente), vem sendo uma constante, sendo uma importante ferramenta para introduzir a discussão acerca do tema da preservação dos recursos naturais e de áreas de risco, e demonstrando que é possível gerar renda e diversificar a produção em processos aliados à recuperação de áreas e preservação do ambiente e dos ecossistemas.

Além disso, representam, os sistemas agroflorestais, dentro do trabalho com agroecologia, um “passo além” para a “agroecologização” das propriedades, uma vez que integra conceitos de produção, sustentabilidade e preservação (entre outros), dentro de uma mesma área produtiva.

Nos assentamentos assistidos pela equipe, existem algumas experiências de utilização de sistemas agroflorestais como estratégia de incentivo à recuperação de áreas de preservação permanente e introdução da discussão sobre a preservação dos recursos naturais e agroecologia, através da integração entre geração de renda e recuperação de áreas.

Assim, este trabalho se justifica pela tentativa de se demonstrar que é possível incentivar a recuperação e preservação de APP's através de mecanismos que aliem a implantação de elementos florestais no local, com geração de renda e produção de alimentos saudáveis para as famílias, tudo dentro de um aparato agroecológico de trabalho, além de demonstrar como o Centro de Tecnologias Alternativas Populares – CETAP, vem trabalhando dentro dessa ótica.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Dois conceitos que não caminham juntos? Os sistemas agroflorestais como importante ferramenta.

Como já foi citado na introdução, agricultura e preservação são dois conceitos que nem sempre caminham juntos.

O modelo de produção difundido ao nosso redor é baseado na exploração de parcelas amplas de terra em monocultivo. Na maioria dos casos que se observa, isso significa suprimir a vegetação local, substituindo-a por amplos plantios de uma coisa só, pois esse modelo torna mais fácil a utilização dos pacotes tecnológicos e, a exemplo do que diz Gliessman (2000), um uso mais eficiente destes artefatos que são parte do pacote.

Isso vem gerando um problema latente no que diz respeito à perda da diversidade dos ambientes e com isso uma maciça perda dos recursos naturais, entre eles a fertilidade dos solos e a qualidade das águas.

Durante muito tempo, a legislação brasileira considerou pertinente, através de seu Código Florestal, manter “santuários” de preservação com o intuito de manter fragmentos desses recursos naturais e diversidade dos ambientes, para que pudesse se manter ainda que uma parte do que havia originalmente nos locais hoje utilizados para lavouras, plantios extensivos ou zonas urbanas.

O Código Florestal Brasileiro, instituído através da Lei 4.771 de 15 de Setembro de 1965, determina o que são e como devem ser mantidas as áreas que se prestam para fins de preservação dos remanescentes florestais e manutenção dos recursos naturais.

Pelo código, áreas de preservação permanente têm a função de proteger locais, seja por sua beleza, por seu valor científico ou por sua importância para fauna e flora; proteger dunas, rios, nascentes, áreas declivosas e rodovias ou ferrovias; proteger espécies ameaçadas de extinção; assegurar condições de bem-estar público.

Desde a inclusão da Medida Provisória Nº 2.166-67 do ano de 2001, permitiu-se o acesso restrito a esses locais, desde que não comprometa de nenhuma maneira estas áreas.

Além disso, a Lei ainda diz, em seu artigo 8º, que:

Na distribuição de lotes destinados à agricultura, em planos de colonização e de reforma agrária, não devem ser incluídas áreas florestadas de preservação permanente de que trata essa Lei, nem as florestas necessárias ao abastecimento local ou nacional de madeiras e outros produtos florestais. (BRASIL, 1965)

No entanto o que se verifica, na prática, é que muitos assentamentos possuem seus lotes em locais que, segundo a legislação, deveriam estar totalmente inseridos como áreas de preservação.

Isso gera um problema no que diz respeito a questão de se viabilizar o trabalho nesses lotes sem desrespeitar o que a legislação impõe como necessário. Para o técnico, a necessidade de fazer cumprir a legislação, muitas vezes esbarra na impossibilidade de se fazer isso sem inviabilizar a produção da família que está sendo assistida.

Normalmente o que se realiza é uma imposição simples da Lei, onde se recomenda a recuperação das áreas com plantios de espécies florestais nativas da região e a intocabilidade do local, para que a natureza possa regenerar a paisagem por si mesma. Mas nesse caso, é muito raro que se verifique a recomposição destes locais, sem contar que, por ser uma área intocável, a família acaba não se preocupando com a manutenção do local.

Ao se analisar o termo “sistemas agroflorestais”, a primeira idéia que se tem, provavelmente é: um sistema que alia agricultura e floresta. E, grosso modo, não deixa de ser isso mesmo.

É possível visualizar, especialmente no dia-a-dia daqueles que têm sua vida e/ ou seu trabalho ligados à agricultura, diversos sistemas que servem como exemplo: pastagens com sombreamento de árvores (que podem servir apenas para sombra ou ter outra utilidade também), plantios de culturas anuais aliados à plantios perenes, pomares enriquecidos com espécies madeireiras ou que produzam massa para adubação verde.

Essas práticas, embora não constituam um sistema agroflorestal no sentido amplo da palavra, servem como introdução de práticas que levam ao desenvolvimento de sistemas mais ecológicos de produção, servindo como importante ferramenta para a transição agroecológica, aqui entendida de acordo com Glissman (2000, p. 457) como “a transição de um agroecossistema uniforme de monocultura para um sistema mais diversificado, que sustenta processos e interações benéficos, envolve múltiplos estágios”.

Dessa maneira, algumas iniciativas foram sendo realizadas para se testar mecanismos que pudessem trazer para as famílias alguns benefícios nessas áreas e assim incentivá-las quanto à preservação e recuperação destes locais, e serviram como base de investigação para se saber da viabilidade do presente estudo:

Em uma publicação com o objetivo de “promover aprendizagens sobre a viabilidade de novos modelos de preservação, conservação e utilização racional dos recursos naturais (...) visando a melhoria da qualidade de vida das populações locais e aperfeiçoamento de políticas públicas”, Vivian (2010, p. 05) faz um apanhado de experiências em três regiões distintas do país onde se desenvolvem sistemas agroflorestais e discute o papel desses sistemas nos usos ditos “mais sustentáveis” das terras. O documento trata de estudos de caso de experiências na Amazônia, Mata Atlântica e no Cerrado, tentando entender aspectos da relação do desenvolvimento dos sistemas agroflorestais com a renda nas propriedades, a competitividade dos SAF's e a geração da segurança alimentar nesses locais, as relações dos sistemas agroflorestais com as florestas e a promoção da biodiversidade, a produção de madeira nesses sistemas e as estratégias de conservação nos locais através do desenvolvimento dos SAF's. A conclusão a que se chega é de que os sistemas são competitivos, tendo bons índices de produção e qualidade nos produtos, que se prestam para fins de preservação e conservação dos locais analisados, sendo uma importante ferramenta que pode ser utilizada.

Em outra publicação, Ramos-Filho (2008) apresenta a atividade realizada no assentamento Sepé Tiaraju de Ribeirão Preto, onde os sistemas agroflorestais são analisados como ferramenta para a transição agroecológica de lotes. A conclusão a que chega o trabalho é de que os sistemas agroflorestais são importantes, realizam o papel de incentivar a recuperação de áreas e incentivo para a transição agroecológica e ainda incentivam os assentados a desenvolverem práticas de diversificação em outras áreas de seus lotes, que não apenas os SAF's, gerando reflexão e debates.

Peneireiro (1999), em seu estudo sobre recuperação de solos a partir de sistemas agroflorestais, também visualiza os SAF's como importante ferramenta para recuperação de solos e com grande potencial para amenizar os impactos do modelo agrícola vigente.

Esses exemplos todos demonstram a possibilidade de se aliar a preservação dos recursos e conservação das áreas com a produção de alimentos.

A Lei 4.771/65 não discute as possibilidades de uso dessas áreas, mas posteriormente, algumas publicações vêm a regulamentar o uso de sistemas agroflorestais em áreas de preservação: a Resolução 369 de março de 2006 do CONAMA, dispõe sobre as possibilidades de intervenção e supressão de vegetação em áreas de preservação permanente. Na Resolução, são definidos casos excepcionais, entre eles o fim social, que justificaria a intervenção nessas áreas. A Resolução ainda define como interesse social “o manejo agroflorestal, ambientalmente sustentável, praticado na pequena propriedade ou posse rural familiar, que não descaracterize a cobertura vegetal nativa ou impeça sua recuperação”, e permite o plantio

de espécies produtoras de frutos e sementes, mudas, castanhas e sua utilização pelo ser humano.

Outra Resolução que discute as possibilidades de uso de sistemas agroflorestais em áreas de preservação permanente é a Resolução Nº 425, de 25 de maio de 2010 do CONAMA, que caracteriza os empreendimentos e atividades sustentáveis do agricultor familiar, entre elas a atividade de manejo agroflorestal, “desde que não descaracterizem a cobertura vegetal e não prejudiquem a função ambiental da área”.

Por fim, a Resolução Nº 429 de 28 de fevereiro de 2011, dispõe sobre metodologias de recuperação de APP's, incluindo os sistemas agroflorestais, e permitindo o plantio de espécies nativas com espécies exóticas até o quinto ano da implantação da atividade de recuperação “como estratégia de manutenção da área em recuperação”, sendo possibilitada a utilização para “extração sustentável não madeireira”.

A Resolução também define sistemas agroflorestais:

Sistemas de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, e forrageiras, em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal, com diversidade de espécies nativas e interações entre esses componentes (BRASIL, 2011).

Assim, é possível se concluir que os sistemas agroflorestais são uma importante ferramenta para a diversificação da produção, para a incorporação de elementos nos monocultivos, além de se prestar como uma estratégia válida tanto na prática quanto legalmente para a recuperação de áreas de preservação.

Nas próximas páginas tentamos demonstrar como isso vem sendo realizado no CETAP e nos assentamentos assistidos pela entidade.

4 DESCRIÇÃO DOS LOCAIS ESTUDADOS

Para sistematizar o trabalho apresentado, temos a seguir a descrição dos locais estudados, como forma de esclarecer e situar o leitor quanto aos locais que foram objeto de estudo durante a realização do presente relato.

Inicialmente, apresenta-se um breve resgate da história do Centro de Tecnologias Alternativas Populares – CETAP, tentando demonstrar como os temas de trabalho foram surgindo na pauta da instituição no decorrer dos anos e como a atuação se deu, chegando ao quadro que se apresenta hoje.

Após, a descrição dos assentamentos nos quais existem experiências de sistemas agroflorestais, com uma breve descrição dos locais/ lotes onde essas áreas estão implantadas. Dentre esses lotes/ experiências, nem todos foram entrevistados (as famílias), mas estão descritos por se entender que é importante que o leitor entenda o contexto de trabalho no qual os técnicos de campo estão inseridos pois, embora sejam áreas diferentes, os problemas são comuns, e durante as entrevistas não se pediu que eles diferenciassem essas áreas, mas que pensassem no conjunto das experiências.

Por fim, fazemos uma breve descrição de alguns casos de propriedades com sistemas agroflorestais com fins de preservação de áreas fora dos assentamentos, mas dentro do trabalho da instituição. Para isso, escolheram-se locais onde ainda há atividade de acompanhamento da instituição em algum grau. A intenção de inclusão destes locais foi explicada anteriormente.

4.1 O Centro de Tecnologias Alternativas Populares – CETAP

O resgate sobre a história de criação e caminhada da instituição tem como base os arquivos da mesma, entrevistas com os técnicos da instituição, além de análise do material publicado no decorrer dos anos, e que trazem um pouco da história do CETAP. Portanto, o texto aqui apresentado é o resultado de análise de um conjunto de informações que são encontradas em diversos textos e cartilhas, mas que também não fazem parte de nenhum

deles, estando presentes na memória de cada um que por ali passou, e daqueles que hoje são o rosto e a mente da instituição.

O Centro de Tecnologias alternativas Populares – CETAP foi criado em 1986, motivado pelo entendimento de uma necessidade de se criarem condições para mudar um quadro de crise sócio-ambiental que se apresentava, com os primeiros resultados da “revolução verde” se fazendo notar através do aumento das desigualdades no campo, êxodo rural cada vez mais arraigado, erosão genética da biodiversidade e degradação de solos, água, ar, flora e fauna, além da descaracterização ainda mais severa dos ambientes e ecossistemas.

O CETAP foi constituído com a participação de diversos segmentos, sejam sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, movimentos sociais e grupos e associações de agricultores familiares. É uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, de utilidade pública e com fins filantrópicos (CETAP, 2008).

A missão institucional da entidade é *“contribuir para a afirmação da agricultura familiar e suas organizações, particularmente atuando na construção da agricultura sustentável com base em princípios agroecológicos”* (CETAP, 2008, p. 06), e, para cumprir o proposto, atua com base estratégica firmada em três pilares: formação, acompanhamento a grupos e assessoria.

Tem como objetivos gerais, os seguintes:

- Colaborar no desenvolvimento e implantação de uma nova agricultura, adequada às condições sócio-culturais, econômicas e ecológicas, visando eliminar os problemas sociais e ambientais causados pelas formas atuais do processo produtivo agroquímico;
- Desenvolver e fomentar o uso de tecnologias com princípios agroecológicos, especialmente para a agricultura familiar e camponesa, através da experimentação, demonstração, formação e pesquisa-ação;
- Desenvolver atividades de formação técnica, sócio-ambiental, de caráter educacional ou cultural visando o desenvolvimento sustentável;

Para dar conta de sua missão e seus objetivos, a equipe técnica se organiza em torno de uma dinâmica de trabalho própria, realizando diversas atividades que tenham o potencial de estimular a integração entre os diferentes saberes, o técnico-científico e o tradicional dos agricultores, por acreditar que apenas assim, será possível caminhar rumo à sustentabilidade, ao desenvolvimento rural e preservação dos recursos naturais.

Além disso, a instituição acredita que, ao se valorizar o conhecimento local, possibilita-se que os agricultores se tornem protagonistas do processo, participando mais ativamente, propondo soluções e refletindo sobre o que está sendo trabalhado na sua

propriedade e no seu grupo. Assim, todos caminham juntos no rumo do desenvolvimento das potencialidades locais e promoção da agroecologia.

Para mobilizar e motivar as pessoas, o CETAP adota algumas dinâmicas de trabalho que se acreditam serem importantes ferramentas para estimular a participação de todos. Cada ferramenta é pensada e moldada de acordo com o contexto do local/ região no qual se trabalha, sendo elas: estudos sobre a realidade das comunidades; formação básica para agentes e lideranças; intercâmbios e trocas de experiências; oficinas e mutirões; experimentação e implantação de atividades inovadoras; atividades culturais/ festivais de integração; reuniões de avaliação e planejamento e; monitoramento contínuo (CETAP, 2008).

Estas ações visam fomentar a viabilização da agricultura familiar com o uso de tecnologias ecológicas e de baixo custo, que possibilitem a preservação da saúde das populações e preservação do ambiente, organização e gestão das cadeias produtivas (produção, processamento e comercialização de produtos) e estímulo e acompanhamento a iniciativas de cooperação, fomentando a solidariedade entre as famílias e entre os diferentes grupos (urbanos e rurais) e maior eficiência econômica do processo.

Quando de sua criação, a ação institucional de dava através da promoção de espaços que gerassem a reflexão sobre o contexto atual da agricultura no Brasil, os reflexos da “revolução verde” e suas conseqüências, o êxodo rural, a perda da identidade cultural dos agricultores pela tecnificação e competitividade dos processos produtivos, a erosão genética e a degradação dos recursos naturais. Assim, através de reuniões, dias de campo, oficinas, encontros, debatia-se e enfatizava-se a importância da organização das comunidades em cooperativas, grupos e associações, a importância da capacitação de atores (animadores), o resgate do saber local, o desenvolvimento de tecnologias de baixo custo econômico e ambiental (baixo impacto), o resgate da biodiversidade e a promoção da autonomia dos grupos e famílias de produtores.

Assim, no decorrer de uma década da criação da instituição, já haviam diversos grupos organizados, associações, cooperativas, entre outros, alavancando as discussões e promovendo as linhas de ação que norteavam o trabalho da instituição. Dessa dinâmica, deu-se que os grupos organizados passaram a apoiar os processos de produção e comercialização em todas as suas etapas, e do debate dessas ações é que se definiu o tema “agroecologia” ou “a ciência agroecológica” como orientadora das ações da instituição.

A partir daí, agregou-se ao trabalho que já vinha sendo realizado, a construção e a consolidação de uma proposta de produção ecológica, comercialização dos produtos dentro de um novo contexto, com a criação de feiras, que possibilitavam um contato direto entre

produtores e consumidores e demais ações de promoção da agroecologia e de um modo diferenciado de se relacionar com a terra, com o meio e com os atores envolvidos em todas as etapas.

Desde então, o principal eixo norteador das atividades da instituição dizem respeito a ações de promoção da agroecologia junto às comunidades e aos parceiros de trabalho nesta caminhada.

Atualmente, o CETAP atua em quatro micro-regiões¹ situadas nas regiões norte e nordeste do estado, já tendo estado presente em outras tantas no decorrer dos seus 25 anos.

Na micro-região Planalto, encontra-se atualmente a sede da instituição, no município de Passo Fundo. Neste local estão concentrados os trabalhos administrativos, de gestão e coordenação da entidade (embora as coordenações tenham sido descentralizadas, o centro de convergência ainda é Passo Fundo). Por se tratar de uma cidade com maior porte, é lá que fica também a central de comercialização, que tem como proposta criar estratégias de comercialização dos produtos ecológicos, viabilizar os circuitos e buscar novos mercados para os produtos oriundos da agricultura familiar e assentamentos. A sede do CETAP também é um local onde se realizam alguns eventos, como reuniões e oficinas. Possui uma cozinha capacitada para processamento de produtos, onde ocorrem oficinas de processamento e trabalho de incentivo à geração de renda para o público urbano carente. Lá também estão sendo desenvolvidas áreas de experimentação, trabalhos com insumos e reciclagem, entre outros.

É em Passo Fundo que acontecem semanalmente duas das principais feiras de comercialização dos produtos ecológicos, que contam com a participação de diversos grupos de todas as regiões onde a entidade atua.

Também é para Passo Fundo que rumam a maioria dos produtos a serem entregues para a merenda escolar e demais programas do governo para recebimento e distribuição de produtos da agricultura familiar.

Na região existem algumas famílias de produtores ecologistas, mas atualmente, pela não existência de projetos específicos de acompanhamento, encontram-se um tanto desmobilizados no processo de construção das propostas da instituição.

¹ As micro-regiões são uma denominação interna da instituição, como forma de facilitar a organização do trabalho, especialmente para os projetos. Portanto, não se encontrará literatura referente à divisão em micro-regiões.

Provavelmente a micro-região que mais depende do grande pólo que é a micro-região Planalto atualmente, seja a Encosta da Serra. Por se tratar de uma micro-região composta principalmente por pequenas cidades, concentram praticamente todo o escoamento de seus produtos para Passo Fundo, além de ser lá que participam das feiras ecológicas.

Atualmente, o CETAP atua na região através de projetos ligados ao *Pré-Território Pacto Novo Rio Grande* e pela atuação direta nos municípios de São Domingos do Sul, Casca e Santo Antônio do Palma através de convênios com prefeituras e pelo trabalho com as associações e grupos de agricultores ecologistas destes municípios.

Outra região de atuação da instituição é a chamada micro-região Alto Uruguai, que compreende o trabalho nos municípios do entorno de Erechim, indo até a fronteira com Santa Catarina. Nessa região se desenvolvem diversos projetos e parcerias, trabalhando temas como sementes crioulas, construção de hortas circulares, acompanhamento dos processos de produção e comercialização de produtos, sistemas agroflorestais e promoção do desenvolvimento agroecológico de propriedades rurais.

Os produtores ecologistas dos grupos desta micro-região comercializam seus produtos em Passo Fundo e Erechim principalmente, através de canais de escoamento de produtos como as feiras e o circuito de comercialização.

Mas é na micro-região Altos da Serra, compreendida por municípios como David Canabarro, Ibiriaiaras, Ibiaçá, Sananduva, São João da Urtiga, Santo Expedito do Sul, Paim Filho, Guabiju, Capão Bonito do Sul Pinhal da Serra, Vacaria, Caxias do Sul, Tapejara e Esmeralda, que está o trabalho com assentamentos da reforma agrária. O trabalho de acompanhamento e assistência técnica a assentamentos tem cerca de três anos, abrangendo onze (11) assentamentos, em sua grande maioria assentamentos de reforma agrária, mas também reassentamento para famílias deslocadas em função da criação de uma reserva indígena na região.

Além do trabalho com os assentamentos, o CETAP também desenvolve na região diversos trabalhos com grupos de agricultores ecologistas, especialmente em Sananduva, Santo Expedito do Sul e São João da Urtiga, além de trabalho com público consumidor e movimentos sociais.

Existem na região dois pontos de feira ecológica em Sananduva, que é o destino de mais de duas toneladas mensais de produtos oriundos da agricultura familiar ecológica. Além disso, os grupos da região comercializam na feria ecológica de Passo Fundo e ainda escoam seus produtos por outros canais de comercialização, como os programas do governo, vendas diretas e circuito.

Atualmente a entidade desenvolve diversos trabalhos nas mais diversas esferas e temas, buscando trazer o desenvolvimento e promoção da agroecologia sob novos enfoques, frente ao contexto atual da agricultura, das populações urbanas, das tecnologias de produção e dos atores envolvidos em todo esse processo. Ao mesmo tempo em que se discute agora, após a revolução verde e a transgenia, a nanotecnologia, instituições como o CETAP buscam ir no sentido de resgatar, cada vez mais, as relações positivas com a natureza e os recursos naturais, o resgate da biodiversidade e da cultura das populações rurais e das pequenas cidades, a valorização do trabalho do campo e melhoria da qualidade de vida desses atores.

Dentro desse contexto, o desenvolvimento de sistemas agroflorestais e valorização dos produtos da agrofloresta vêm sendo tema constante na pauta de discussões da entidade há mais de dez (10) anos.

Baseado no que prega a missão da instituição e os objetivos da mesma, as atividades com sistemas agroflorestais junto às famílias de agricultores busca qualificar os manejos ecológicos de produção, resgatando a biodiversidade local, promovendo a utilização dos produtos da agrofloresta, tanto para abastecimento quanto para comercialização, instigando o debate sobre a preservação dos recursos naturais e consórcio de produtos, levando à um novo olhar sobre as relações de produção, geração de renda, preservação dos recursos e manejo dos locais (CETAP, 2008).

O CETAP acredita que

...é chegada a hora de começar a criar uma idéia de que é possível cuidar das florestas e desenvolver formas sustentáveis de geração de emprego e renda a partir do manejo agroflorestal e do aproveitamento do potencial de produção de alimentos, artesanatos, fibras, remédios, a partir das espécies nativas das nossas florestas. (CETAP, 2008, p. 11)

Essa idéia é resultado de um amadurecimento institucional sobre sistemas de produção baseados em princípios agroecológicos. Esse processo decorre de uma série de fatores ocorridos no decorrer do trabalho da instituição. De início, com a presença mais intensa dos movimentos sociais, as temáticas da agroecologia não eram prioridade na pauta de trabalho do CETAP, e isso está demonstrado anteriormente quando se faz um breve resgate acerca da história da instituição. No entanto, após a primeira década de existência, mais especificamente, quando a agroecologia passa a ser a orientadora das ações, inicia-se uma profunda e contínua reflexão sobre como criar sistemas que sejam promotores da agroecologia e de processos de produção ecologicamente equilibrados.

Com o amadurecimento dessa reflexão, chega-se a conclusão de que os sistemas de produção devem se aproximar, cada vez mais, de sistemas que se aproximem dos ecossistemas locais, através da incorporação de elementos da dinâmica ecológica no qual estão inseridos, se aproximando cada vez mais da paisagem original através da recomposição gradativa dos elementos originais.

Para isso, a concepção de trabalho baseia-se em três focos principais:

- Através da incorporação gradativa das dinâmicas locais, avançar para sistemas de produção mais equilibrados ecologicamente, ainda que o trabalho se baseie inicialmente na consorciação de culturas, enriquecendo gradativamente os sistemas tradicionais e incorporando elementos, de forma que o sistema vá caminhando, gradativamente, para um sistema agroflorestal regenerativo análogo, que é a concepção da instituição, pois a incorporação das dinâmicas locais é mais importante (na concepção do CETAP) do que o grau de complexidade do sistema;

- Entender a biodiversidade numa concepção mais profunda, que leve em consideração o ecossistema local como um todo, fazendo recortes, pela falta de condições de se trabalhar com o todo, para o aproveitamento e usos de produtos que tenham potencial para contribuir com o trabalho em segurança alimentar. Assim, entende-se que os sistemas de produção tradicionais, vistos por esse enfoque e trabalhados pelo primeiro foco acabam, fatalmente, culminando na implantação de sistemas agroflorestais;

- Ambiental. Aqui, embora já se tenha muito clara a presença desse fator nos anteriores, é importante que ele apareça de forma clara, pois se fez um recorte para, especialmente, a recuperação e manutenção dos recursos hídricos. E aqui, no terceiro foco, o trabalho da instituição se volta para a busca pelo desenvolvimento de sistemas de produção e manejos que aliem preservação dos recursos naturais e geração de renda, tentando criar experiências que demonstrassem a viabilidade de se aliar conservação e produção.

São vários projetos que foram e vêm sendo desenvolvidos no decorrer do período, não apenas nos assentamentos, mas em todas as regiões de atuação da entidade. Especificamente no trabalho com assentamentos, são quatro (4) experiências que já vêm sendo desenvolvidas:

- No Assentamento Nova Batalha em Vacaria, onde existe uma área de SAF na propriedade de um agricultor em uma área de cultivo;

- No Assentamento Nova Estrela, também em Vacaria, onde tem uma área nas mesmas condições da anterior;

- No Assentamento Três Pinheiros, em Sananduva, que tem uma área de SAF em uma área de preservação permanente na divisa entre duas propriedades, que será o principal objeto de estudo do presente trabalho;

- No Assentamento Nova Esmeralda, no município de Pinhal da Serra, onde a área de SAF é nos terrenos de uma escola do assentamento, servindo como fonte de debates, discussões, observação e educação ambiental para os alunos.

Além dessas ainda existem, fora dos assentamentos, diversas outras experiências que foram construídas no decorrer dos anos e através de diversos projetos. Algumas destas servirão como aporte do presente estudo para se ter um comparativo entre experiências de diferentes períodos, e para se entender melhor a dinâmica de trabalho dentro da instituição e como ela (a dinâmica), pode contribuir com os trabalhos de temas relacionados à preservação e recuperação de áreas dentro dos assentamentos.

4.2 Descrição dos Assentamentos

4.2.1 O Assentamento Três Pinheiros

O assentamento Três Pinheiros está localizado na região nordeste do estado, no município de Sananduva, ficando 17 Km distante da sede do município. Possui uma área total de 967,75 há, sendo 217,97 há área de reserva legal; 56,29 há de APPs, 663,05 há de lotes; 0,79 há de açudes, entre outros, como estradas, sede, etc.

Os lotes possuem uma área média de 10,36 há, com boas condições de operação mecanizada. As áreas de reserva legal e preservação permanente são contínuas e coletivas, pois alguns lotes não estão em contato com essas áreas, embora elas sejam de direito de todos os assentados.

O assentamento possui sessenta e quatro (64) famílias assentadas, tendo cerca de quatro anos de criação. Essas famílias somam 128 pessoas, sendo, dessas, 52 mulheres e 76 homens, 44 crianças, 27 jovens e 7 idosos (desse total), divididas em bolsões, o que facilita a organização das mesmas e o trabalho dos técnicos.

As atividades de ocupação da fazenda ocorreram desde o início de 2001, sendo que as primeiras emissões de posse foram emitidas em 2007.

O mapa 01 apresenta uma proposta de parcelamento dos lotes, sendo que as áreas em rosa são as APPs e as vermelhas reserva legal:

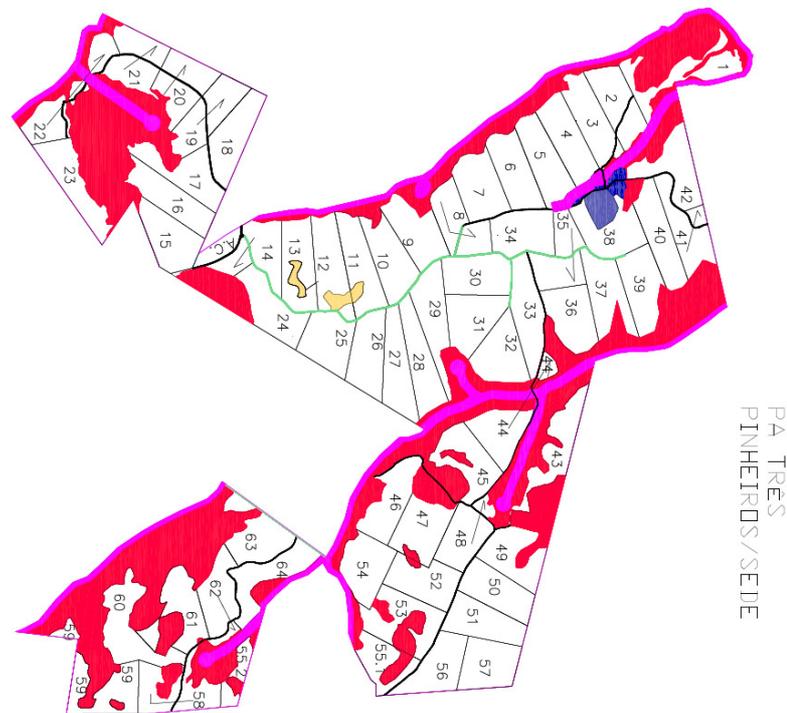


Figura 01 – Mapa da divisão dos lotes do Assentamento Três Pinheiros

Fonte: Arquivo do CETAP

Um dos maiores entraves para os assentados diz respeito aos recursos hídricos, uma vez que a falta d’água é apontada como um dos principais problemas das famílias. Daí a grande importância de preservar, nos lotes, nascentes e olhos d’água.

Os solos, em sua maioria são ácidos e com baixa fertilidade, utilizados principalmente para o plantio de monoculturas anuais como soja e milho.

Na produção, as principais atividades ainda são ligadas à monocultura de grãos, especialmente soja, e muito principalmente pela facilidade de cultivo e garantia de mercado à preços considerados razoáveis. Além disso, se cultiva milho para o consumo dos animais (mais especialmente) e feijão para consumo das famílias.

A criação animal ainda é pouco representativa dentro da economia das famílias, muito embora esteja presente na quase totalidade destas.

Um aspecto importante de ser verificado é a alegação das famílias sobre a monocultura. Embora seja um cultivo inconstante, que gera dependência e um custo alto de produção (especialmente, nesse caso, a cultura da soja), a garantia de colocação no mercado, a facilidade de cultivo (e de se encontrar parcerias para o cultivo) e demais facilidades, acabam sendo fatores decisivos para que essa prática se mantenha. Embora os próprios assentados reconheçam as dificuldades, e reconheçam que os custos e preços de venda acabam sendo insustentáveis, não sendo capaz (essa renda) de manter a família no decorrer do ano agrícola, as garantias e facilidades acabam seduzindo a maioria das famílias para que mantenham-se nesse ciclo, ainda que se verifiquem diversos prejuízos.

O relatório ainda aponta dados de utilização de insumos, onde apenas uma família alegou não usar nenhum tipo de agrotóxicos em seu processo de produção.

Assim, existe uma grande preocupação, tanto pela parte dos técnicos quanto por alguns indivíduos, de que no futuro se abandone, cada vez mais, a prática da agricultura diversificada, mesmo que para subsistência, o que incorrerá, certamente, em incontáveis prejuízos para todos.

Dentro dessa perspectiva e preocupação, organizou-se no assentamento um grupo de agroecologia, que debate diversas questões ligadas ao tema, além de outras questões que se julgam pertinentes, como a diversificação das propriedades, sucessão, entre outros, reforçando ainda mais a necessidade de se criarem mecanismos de trabalho que visem a diversificação das propriedades, usando-se estratégias que levem em consideração o contexto das famílias e dos locais nos quais elas estão inseridas.

E é neste grupo que acaba se inserindo o debate acerca da importância da preservação dos recursos naturais já que, pelo levantamento realizado, não se tem uma delimitação clara, à partir da demarcação dos lotes, sobre onde estão as áreas de preservação permanente e reserva legal, embora quarenta e quatro (44) famílias aleguem ter em seu lote divisas com matas. Além disso, verificou-se que vinte e duas famílias construíram suas moradias dentro de áreas de preservação permanente, alegando, quando questionadas à respeito, desconhecem isso, sendo que os locais foram escolhidos pelo fácil acesso à água. Vale ressaltar que, após os devidos esclarecimentos, o planejamento para as novas moradias levou isso em consideração, e as casas serão colocadas fora destas áreas.

Neste assentamento, existe uma área de SAF que está na divisa entre os lotes de duas famílias e que é acompanhada pelo trabalho destas e de mais uma família pertencente ao grupo ecológico do assentamento.

Esta área está situada no entorno de uma nascente, próxima a residência de um destes agricultores, o senhor Reine Eldenor Woll, fazendo divisa com o lote do senhor Walmar Neumann. A área é conjunta dos dois assentados e faz parte de um projeto de implantação de SAF's em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Participa ainda das atividades de implantação e manejo da área de forma mais direta a família do senhor João Danilo Brizola, que participa das atividades através do grupo ecológico do assentamento, mas os assentados alegam que o grupo como um todo acaba auxiliando nas atividades. Abaixo uma imagem do local.



Figura 02 – Imagem do Sistema Agroflorestral do Assentamento Três Pinheiros, com diversas espécies arbóreas e de adubação verde em plantio consorciado e integradas à paisagem natural.

Fonte: arquivo pessoal do autor

4.2.2 O Assentamento Nova Estrela

O Assentamento Nova Estrela está localizado na região dos Campos de Cima da Serra, localizado há cerca de 70Km do município de Vacaria, ao qual pertence. Possui trinta e sete (37) famílias assentadas, sendo que as primeiras foram assentadas ainda em 1989.

O assentamento está localizado próximo ao Rio Pelotas, fazendo divisas com a barragem da Usina Hidrelétrica de Barra Grande. Não existem poços artesianos no local e segundo as famílias, a proteção de fontes de água é precária.

Pela localização, o assentamento está localizado em região de campos nativos e mata ciliar nas proximidades do rio. Claro que essa paisagem foi severamente modificada no decorrer do tempo com a inserção de atividades como a fruticultura, plantio de grãos entre outros, que acabaram descaracterizando a paisagem na mesma medida do desmatamento.

Por ser um local de terrenos pedregosos, existe uma grande dificuldade de manejo, o que leva as famílias a terem pequenas roças, de acordo com suas possibilidades de manejo, o que traz inúmeras dificuldades, inviabilizando, inclusive a sobrevivência de algumas destas famílias.

Quanto à aspectos relacionados à saúde, pode-se apontar como relevante o fato de que ainda existem 16% das famílias em situação precária de saneamento, não tendo sequer uma estrutura sanitária rústica na residência, o que certamente afeta negativamente a qualidade de vida da família. Além disso, as fontes não possuem, conforme já citado, um trabalho de proteção no seu entorno, o que desqualifica para consumo a água utilizada por 24% das famílias que ainda não possuem água encanada em seus lotes. O lixo é recolhido apenas em duas ocasiões no ano e apenas em residências próximas a sede do assentamento, sendo que as demais famílias não possuem uma alternativa adequada para a destinação do lixo produzido, o que acarreta no fato de que mais da metade das famílias deixam o lixo jogado à céu aberto, e cerca de 30% das demais ainda queimam ou enterram o lixo, gerando um problema de saúde pública considerável.

Um ponto positivo é que existe no assentamento um grupo que fabrica fitoterápicos para uso coletivo, sem custo. Isto auxilia consideravelmente no dia-a-dia das famílias, que recebem atendimento médico apenas uma vez por mês.

Sobre a produção, a principal dificuldade está na distância do assentamento até a cidade, pois isso inviabiliza, muitas vezes, as possibilidades de estarem se inserindo no espaço de feira que ocorre no mercado público de Vacaria, onde poderiam estar escoando produtos.

Além disso, as dificuldades de manejo da propriedade e planejamento da produção, além de descapitalização das famílias, são fatores que dificultam enormemente a criação de estratégias de produção que gerem renda e segurança alimentar. No entanto, têm a seu favor o fato de estarem concluindo a criação de uma agroindústria para processamento de frutas, o que pode trazer muitos benefícios e sanar diversos problemas relacionados à distância da cidade e escoamento da produção, gerando alternativas de renda para muitos.

As principais atividades de produção são de produtos para consumo, como mandioca, batata, feijão, hortaliças, entre outros, milho, gado de leite para auto-consumo, amora e uva.

Sobre a preservação de áreas, os lotes possuem APP e reserva legal, mas a maioria dessas áreas não está em boas condições de preservação, necessitando de algum trabalho nesse sentido.

Neste assentamento existe uma área de SAF que não está sendo muito bem trabalhada pelo proprietário do lote e que não está em área de preservação permanente, portanto não foi objeto de entrevista do presente estudo, ficando apenas como área de observação.

4.2.3 O Assentamento Nova Esmeralda

O Assentamento Nova Esmeralda está localizado no município de Pinhal da Serra, que também faz parte da região dos Campos de Cima da Serra.

Está localizado há cerca de 15Km da sede do município, tendo em sua área trinta e cinco (35) famílias assentadas, sendo que as primeiras chegaram no local no final da década de 80.

Sobre a situação do assentamento, pode-se citar que, a principal fonte de abastecimento de água vem de fontes, sendo que existe um poço artesiano construído, mas este ainda não possui encanamento nem rede de distribuição.

As dificuldades de manejo também neste caso, são uma problemática séria, que demanda uma atenção maior, por dificultar o processo de produção e inviabilizar a sustentabilidade de algumas famílias, a exemplo do que já se relatou no assentamento anterior.

Uma característica interessante do assentamento é a organização das famílias por grupos de interesses, o que desenvolveu processos de diversificação da produção através do trabalho destes grupos.

Dentre os aspectos positivos, a existência de um projeto de ecologia junto à escola do assentamento (além é claro da própria existência dessa escola), traz um grande avanço nos aspectos relacionados a esse tema, sendo que, neste assentamento, a área de SAF se localiza na escola, servindo como base de estudo e discussão para a mesma. Este local, embora tenha sido alvo das entrevistas dos técnicos, não foi alvo de entrevista no roteiro intitulado “agricultores”, pois não haviam agricultores, e o depoimento de professores poderia desequilibrar, por assim dizer, o objeto da pesquisa. A pretensão é de se realizar um estudo específico sobre as implicações da área na escola e o impacto na comunidade/ assentamento, para complementar o trabalho, mas aqui a área é apenas alvo de observação.

Na produção, os principais problemas enfrentados dizem respeito às condições de solo (pedregosidade, acidez), dificuldades no escoamento de alguns produtos, falta de organização coletiva para produção e escoamento de produtos. Os principais cultivos são os produtos de subsistência, amora, feijão, milho e leite, sendo que a maioria das famílias está diversificando a produção em busca de melhores condições de sobrevivência da família.

Os principais problemas relacionados à preservação dizem respeito a falta de condições dos solos dos lotes, o que obriga os agricultores, muitas vezes, à invadirem áreas de preservação em busca de solos com melhores condições de uso, embora tenham consciência de estarem fazendo uma ação incorreta com isso. E isso, por si só, já gera mais um apontamento de possibilidade de estudo complementar ao presente trabalho.

4.2.4 O Assentamento Nova Batalha

O Assentamento Nova Batalha possui 10 famílias e também está localizado no município de Vacaria, distando cerca de 70Km da sede do município, por ser situado na mesma região do assentamento Nova Estrela, sendo que as primeiras famílias foram assentadas no local em 1989 também.

Os problemas enfrentados são muito semelhantes, sendo que ainda acrescentam aos já citados, a dificuldade de acesso à escola, falta do título da terra e o alto índice de analfabetismo ou semi analfabetismo.

No assentamento existe uma área de SAF na propriedade de um agricultor, mas a mesma não está em área de preservação, portanto também é apenas objeto de observação e complementação das informações.

4.3 Breve descrição das áreas analisadas fora dos assentamentos e seus sistemas agroflorestais

Para fins de complementação do estudo realizado, buscou-se complementar as informações sobre áreas de sistemas agroflorestais com a inclusão de dados sobre três propriedades acompanhadas pelo CETAP que possuem áreas implantadas com a finalidade de preservação de áreas. Dois destes casos estão totalmente inseridos em APP's e um deles está com parte de seu SAF inserido em uma área de preservação.

Nos três casos, as áreas estão implantadas há mais de 5 anos, o que traz elementos para se refletir sobre os resultados à médio prazo, uma vez que, nos assentamentos, não foi possível acessar essa informação pelo pouco tempo em que as áreas foram implantadas.

As propriedades estão localizadas em municípios da microrregião Encosta da Serra (conforme referência anterior), onde o CETAP atua mediante convênios para incentivo à grupos ecológicos e promoção da agroecologia com novas famílias. As famílias possuem uma longa história de parceria com a instituição, história essa que se confunde com a própria história do CETAP e do desenvolvimento da agroecologia na região.

4.3.1 Propriedade 01, no município de São Domingos do Sul

Possuem uma área de mata nativa em declividade acentuada, considerada uma área de preservação permanente que corta a propriedade. Nessa área, realizaram o enriquecimento com plantas medicinais, numa tentativa de criar um sistema agroflorestal à semelhança de outros que já existem na propriedade, um em potreiro e outro com plantio de espécies madeiráveis.

A área foi acompanhada durante a implantação e também posteriormente, através dos projetos do CETAP, ficando abandonada após um período (depois de findados os projetos). Hoje ainda entendem a importância da área, mas muito pouco a usam e não realizam manejo há alguns anos. As plantas medicinais que utilizam em sua agroindústria de chás são retiradas em sua grande maioria de plantios realizados pela família e por outros agricultores do grupo ecológico ao qual pertencem.

A área existe há mais de cinco (05) anos, e são agricultores ecologistas com mais de 15 anos de atividades.

4.3.3 Propriedade 02, no município de Casca

A propriedade participou de um projeto de implantação de sistemas agroflorestais há cerca de seis anos. Na ocasião, a intenção da família era dar uma utilidade para uma área que não estava com função na propriedade e se localizava na frente da residência e, além disso, trazer algum embelezamento para o local. Por haver um córrego que passa ao lado da área implantada, uma parte desta está dentro de uma área de preservação permanente.

Do pomar de citros ainda tiram a maioria das laranjas e bergamotas que vendem na feira ecológica de Passo Fundo, alegando que são produtos de melhor qualidade e sabor incomparável. As demais árvores, em sua maioria espécies frutíferas nativas, por apresentarem um desenvolvimento muito abaixo do esperado, ainda não estão com produção suficiente para comercialização: a maioria do que é produzido é consumido pela família.

Em um caso semelhante com o anterior, ao fim do projeto a área foi praticamente abandonada, sendo que vêm tentando repor mudas e ampliar o plantio de espécies nativas, numa tentativa de manter a atividade no local. No entanto, pela falta de mão de obra, não são realizados manejos de podas e plantios de adubação verde há muitos anos. A família diz que gostaria muito de voltar a manejar a área de forma adequada, mas precisariam que um técnico assumisse o planejamento das atividades, e que as mesmas não demandassem muita mão de obra.

São agricultores ecologistas há mais de dez anos.

Propriedade 03, no município de Santo Antônio do Palma

A área de sistema agroflorestal desta família está localizada numa área de mata nativa, por onde passa um córrego e onde existem algumas nascentes. De início, o projeto visava criar um sistema agroflorestal em uma área de preservação permanente, mas, por não ter acompanhamento, acabou sendo abandonada. A área ainda existe, mas nunca recebeu manejo

e jamais produziu alimentos e produtos que tenham sido utilizados pelo agricultor, salvo os chuchus que nasceram no local, ficando a produção de frutíferas nativas para o usufruto da fauna local.

O agricultor que é responsável pelas atividades do lote é fundador de um grupo de agricultores ecologistas no município, trabalhando com agroecologia há mais de 12 anos.

5 ENTREVISTAS E ANÁLISE DE MATERIAL

Para a execução do presente trabalho, buscou-se fazer um resgate que fosse além do registro puro e simples de uma metodologia de trabalho em assentamentos, mas um relato do envolvimento de uma instituição com uma temática de trabalho: os sistemas agroflorestais.

Para isso, fez-se um levantamento acerca do trabalho da instituição, analisando como a temática foi sendo trabalhada e discutida no decorrer dos anos através de análise de publicações, materiais de arquivo e relato de reuniões e espaços de discussão (o que está registrado na descrição da entidade acima), além de entrevistas semi-estruturadas realizadas com os técnicos (que estão apresentadas abaixo).

O intuito foi responder à questão que se apresentava da seguinte maneira: porque, ao invés de simplesmente incentivar a recuperação de áreas através do reflorestamento, a instituição buscou construir, junto a assentados e agricultores familiares organizados em grupos e comunidades, uma proposta diferenciada, através da implantação de sistemas agroflorestais?

A metodologia utilizada para analisar o ponto de vista dos diferentes atores envolvidos no processo deveria ser algo que trouxesse realmente o modo de ver de cada um. Mais do que simplesmente ir atrás de resultados práticos ou visitar os locais de instalação dos SAFs, ter um retrato de como os técnicos, agricultores, coordenadores e demais envolvidos enxergam o trabalho realizado, conflitos de opiniões, divergências (se houvessem) e, talvez o aspecto mais importante, analisar se existe sintonia entre as duas principais pontas e frentes de trabalho: técnicos e agricultores/ assentados.

Para isso, além da análise de material do arquivo da instituição e publicações, realizaram-se entrevistas com representantes de todos os segmentos envolvidos.

No caso dos assentamentos, não se fez entrevistas com os agricultores onde os SAFs não estavam em áreas de preservação, uma vez que não se conseguiria fazer uma análise mais exata sobre suas visões acerca da importância destes sistemas como estratégia de recuperação de áreas e introdução do debate acerca da preservação dos recursos naturais.

Para sanar esta demanda e complementar as informações, entrevistou-se alguns agricultores familiares que participaram de projetos anteriores do CETAP e que foram apresentados anteriormente (os projetos). Com isso, pode-se ter, além do resultado prático e visual, uma idéia de como o trabalho feito em projetos anteriores ao período em que o CETAP

trabalhava no convênio com o INCRA, tiveram resultados, uma vez que, no médio prazo, as idéias poderiam ter se perdido.

Assim, entendendo-se que um questionário único não atenderia todos os públicos, dividiu-se os entrevistados em três grupos: grupo dos coordenadores e técnicos da instituição que trabalham com a temática fora dos assentamentos; equipe técnica que trabalha nos assentamentos e; agricultores e assentados. Foram construídos três (3) roteiros de entrevistas, um para cada grupo, sendo que agricultores e assentados responderiam o mesmo questionário como forma de se poder fazer um comparativo, já que o trabalho com assentados (para a temática) ocorre há pouco mais de um ano, e alguns agricultores possuem SAF's com mais de 5 (cinco) anos de implantação.

As entrevistas foram aplicadas de modo semi-estruturado para que os entrevistados se sentissem mais à vontade ao responderem as questões. O roteiro foi apresentado aos entrevistados da seguinte maneira: se explicava ao entrevistado o propósito do estudo e o porquê da entrevista e da escolha da família (para os técnicos essa segunda parte era suprimida, obviamente); após, se explicava a motivação da entrevista e os objetivos das perguntas, explicando sobre onde se queria chegar (no caso das famílias, entender como as mesmas estavam vendo o processo de recuperação das áreas através de SAFs de um modo geral); por fim, realizava-se uma conversa que tinha como elemento norteador um conjunto de questionamentos que estarão sendo apresentados a seguir. Os pontos-chave (perguntas) iam sendo apresentados e o entrevistado era livre para falar o quanto quisesse, de maneira que, muitas vezes, algumas questões já iam sendo respondidas antes mesmo de terem sido feitas. Entende-se que essa metodologia facilita o diálogo, pois permite ao entrevistado falar livremente, evitando que fique inibido por se sentir (especialmente os agricultores manifestam essa inibição) incapaz de formular uma resposta que seja adequada.

A seguir, apresentamos os roteiros de entrevistas montados para cada grupo:

5.1 Roteiro dos coordenadores e técnicos (que não fazem parte do corpo técnico dos assentamentos) – ANEXO I

Com os coordenadores e técnicos da instituição que não fazem parte do corpo técnico dos assentamentos, a entrevista teve muito mais o intuito de mapear como a temática vem sendo trabalhada e conduzida junto à equipe técnica e no decorrer dos anos em que o CETAP

se dispôs a debater o assunto, tentando entender as motivações por trás do envolvimento do CETAP com o tema. Foram cinco (5) questões apresentadas para debate, conforme anexo no final deste documento.

Embora não seja, à primeira vista, um roteiro muito minucioso, traz elementos suficientes para que os entrevistados possam divagar sobre o trabalho da instituição, a discussão dos sistemas agroflorestais dentro da mesma e dar ao pesquisador uma noção mais clara de como esse debate acaba se refletindo dentro do universo do trabalho com os assentamentos.

5.2 Roteiro de entrevista para o corpo técnico dos assentamentos – ANEXO II

Para a equipe técnica envolvida no trabalho com assentamentos, as questões tiveram, além dos objetivos da entrevista anterior, o objetivo ainda de entender como a temática vem sendo desenvolvida enquanto reflexo da discussões da ONG mas dentro do trabalho com assentamentos, uma vez que, dentro dos 25 anos de história do CETAP, são apenas três que tem em suas páginas a história do trabalho com assentamentos.

Foram dez (10) questões, conforme anexo II, que tentaram entender como a temática foi inserida no trabalho, como foi debatida junto às famílias dos assentamentos, como os técnicos entendem a importância desse trabalho e a forma como cada um se envolve dentro dessa temática.

Estas questões buscaram não apenas entender o trabalho do técnico, mas também levá-lo a uma reflexão sobre o que foi feito no período. É interessante perceber como, muitas vezes, pelo ritmo de trabalho imposto pela elevada demanda (e essa observação aparece tanto por parte dos técnicos como pelos assentados), não se tem tempo para fazer uma reflexão mais profunda, um debate entre os envolvidos, para que se apresentem as idéias e se discutam os resultados, gerando essa reflexão mais aprofundada acerca dos resultados que se obtiveram.

As entrevistas, de certa maneira, levaram a isso: o técnico (e depois os assentados), foram levados a refletir um pouco sobre os resultados do seu trabalho, o porquê de estarem realizando as atividades e o que vislumbram mais à frente, como objetivos e como resultados.

5.3 Roteiro de entrevistas para agricultores ecologistas e agricultores assentados – ANEXO III

Este roteiro tentou ir para o outro lado, ou seja, buscar entre aqueles que são o público-alvo do trabalho, os resultados que estão sendo observados. De que adiantaria os técnicos terem toda a compreensão do trabalho e dos objetivos se, aqueles que irão implantar a técnica e difundir através do exemplo, não entendem a importância do que está se fazendo? Pois esta etapa do estudo buscou entender justamente isso: como a outra ponta está vendo o trabalho realizado? Como estão vendo essa mudança de concepção, onde se troca o plantio alinhado e organizado por cultura e se faz uma “grande mistura” de espécies, todas plantadas juntas, sem um espaçamento definido, misturando pomar com lavoura, deixando, muitas vezes, a capoeira se desenvolver e observando que isso pode sim, ser positivo para o sistema? Como estão vendo a problemática da preservação dos recursos naturais, dos solos, água e ar, se conseguem entender e visualizar que fazem parte disso, mesmo que com pequenas ações cotidianas, e que devem ter em seus lotes e em sua vida, a rotina de preservar o meio em que vivem? E como relacionam essa idéia de preservação com o trabalho que vêm realizando?

Todos esses questionamentos deveriam ser elucidados em uma entrevista que trouxesse uma reflexão, que os fizesse pensar sobre as atividades realizadas e que os fizesse apontar resultados e caminhos que eles pensam ser importantes e válidos para o sucesso do que vêm realizando.

Foram dezesseis (16) perguntas que podem ser consultadas no anexo III, algumas quase se sobrepondo às anteriores, mas mantidas com a preocupação de que fossem abordadas. Quando já se respondiam no decorrer da entrevista, eram suprimidas na sequência, para que o roteiro não se tornasse enfadonho.

Com isso, pôde-se ter uma idéia de como os agricultores e assentados enxergam o trabalho dos técnicos e como estão concebendo a proposta. Os resultados destas entrevistas e análise dos resultados serão apresentados adiante em capítulo específico.

6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para melhorar a estrutura de apresentação dos resultados, estes serão divididos por categorias afins, conforme apresentado anteriormente, nos métodos, em forma de questionário. Entende-se que, dessa maneira será mais fácil analisar as semelhanças e diferenças entre as formas de se analisar o tema estudado.

Assim, apresentamos os resultados das diferentes entrevistas, chamando a atenção para aspectos comuns e divergências entre os diferentes pontos de vista.

O que se percebe, de um modo geral, é que, embora os diferentes atores possam ter algumas divergências entre seus pontos de vista e sua forma de abordagem do tema, existe uma certa harmonia no pensamento de todos, inclusive dos agricultores, que parecem entender a proposta e concordar com o trabalho e com a intenção por trás das atividades desenvolvidas.

6.1 Relato das impressões colhidas durante entrevistas com coordenação e equipe externa aos assentamentos

As entrevistas com a coordenação da entidade foram feitas com o intuito de se apresentar como se trabalha a temática na instituição, já que o trabalho com sistemas agroflorestais é anterior ao trabalho com assentamentos.

Portanto, o apresentado aqui diz respeito a um conjunto de atividades de uma instituição toda, o CETAP, em todas as regiões de atuação da entidade, e não apenas do trabalho nos assentamentos, que será abordado em tópico posterior.

O que se percebe logo de início é que todos são uníssonos ao falar sobre a importância da introdução de sistemas agroflorestais no trabalho com as famílias: os sistemas agroflorestais são uma continuidade do trabalho de ecologização das propriedades em um grau mais avançado.

Entende-se que, dentro de um trabalho de agroecologização de sistemas de produção, há que se introduzir nos espaços/ lavouras, cada vez mais, elementos que tornem o sistema

mais próximo do meio em que está inserido, incorporando elementos desse ecossistema às dinâmicas de produção da família.

Todos concordam, de certa maneira, que não se pode confundir um consórcio de espécies com um sistema agroflorestral que seria uma aproximação do ambiente natural. A concepção do CETAP é se um sistema regenerativo análogo, ou seja, regenerar o que se tem, para que se aproxime, se assemelhe ao que havia. Assim, os elementos incorporados devem levar em consideração a aptidão do local, a paisagem original e tentar aliar isso às práticas tradicionais da propriedade. Dessa maneira, o planejamento de um sistema para propriedades situadas nos campos de cima da serra será diferente daquele planejamento feito para as famílias da serra, que é também diferente daquele planejamento para as famílias do planalto, e assim por diante.

Além disso, as áreas implantadas invariavelmente são resultado de um profundo trabalho de reflexão realizado anteriormente, portanto, esses sistemas agroflorestrais implantados ajudam a provocar uma reflexão, fazer com que as famílias pensem sobre sua realidade, sobre o local no qual estão inseridos, sobre suas práticas de produção, sobre o contexto que vivem e sobre as práticas conservacionistas que podem ter, aliadas aos seus processos de produção. E esse questionamento leva as famílias a repensarem também suas práticas, testando novas formas de se fazer agricultura, de se relacionar com a natureza e com os recursos naturais, abrindo um leque de possibilidades.

Com isso, se diversifica a produção, qualificando os processos de produção de alimentos e garantindo a segurança alimentar das famílias, e provando que essa diversificação também é uma importante ferramenta para a criação de sistemas de produção menos agressivos, que dialoguem ao invés de destruir o meio ambiente.

Por isso, ao serem questionados sobre o por que de a instituição incentivar a adoção de sistemas agroflorestrais, todos são unânimes em dizer que essa é uma ferramenta que proporciona um avanço na proposta de agroecologia, que é o que defende a entidade.

Além disso, a adoção de sistemas agroflorestrais permite trabalhar diversas temáticas, diversificar a produção, criar um ambiente agradável no entorno das residências, possibilitar a preservação dos recursos naturais e áreas de preservação através de uma prática que não seja apenas conservacionista, pois a experiência já provou que conservar por conservar não gera frutos duradouros, mas, quando se faz o agricultor pensar sobre a preservação, ver o local a ser preservado como de importância para a família (através da produção de alimentos por exemplo), a família, ao incorporar essa idéia de “importância”, acaba defendendo mais a

permanência do espaço e se apossando dele como seu, da mesma forma que faz com uma horta ou um jardim.

A seguir, a resposta de um dos entrevistados que ilustra bem a questão:

Incentiva-se este trabalho com o objetivo principal de ir avançando e qualificando os manejos agroecológicos, dos sistemas de produção de cada família. pois se tem presente que esse trabalho ajuda de forma muito importante no resgate e ampliação da biodiversidade, desde sementes, mudas, espécies, alimentos e como alternativa de geração de renda para as famílias.

Quando questionados sobre a validade de se ter os sistemas agroflorestais como estratégia de geração de renda aliada à preservação de recursos naturais, não restam dúvidas: sistemas agroflorestais, pela sua proposta de trabalho dentro da entidade, pela possibilidade de diversificação da produção, pela possibilidade de se aproximar da paisagem natural através da inserção de elementos do ecossistema natural, são muito importantes. Permitem ao agricultores repensarem o seu modo de ver o ecossistema no qual estão inseridos, fazendo com que se relacionem de uma forma diferente com o meio que os cerca, repensando suas formas de produção.

Os SAFs são formas eficientes de produção e geração de recursos, sejam eles ecológicos, ambientais ou econômicos. Pois partem da idéia de que é necessário fazer a diversificação e complexificar cada vez mais os sistemas de produção, tanto para gerar equilíbrio ambiental, como para ter diversos produtos potenciais em geração de renda.

Outro depoimento que retrata a visão dos técnicos da instituição sobre a viabilidade de se usar os sistemas agroflorestais como ferramenta de recuperação de áreas, está retratado abaixo:

Tenho presente da importância de recuperarmos e principalmente mantermos esses espaços protegidos. Os SAF's podem cumprir uma função importantíssima neste processo. Pois estes sistemas são constituídos a partir de um planejamento inicial das famílias, que indica o que (espécies) deve ser colocado nesses espaços, possibilitando que a família tenha a possibilidade de organizar um sistema que além de proteger as áreas cumprindo as normas, possa retirar daí alimentos e materiais que possam gerar renda para a família e ajudar na sustentação desta na agricultura, evitando a sua saída pela inviabilidade da propriedade e falta de terra para produzir. A partir do momento em que se pode considerar esses espaços como área de manejo planejado da propriedade também como meio de sustentação da família, com certeza isto é um incentivo para as famílias fazerem a recuperação destas áreas.

Dos pontos negativos, ou menos positivos que puderam ser notados, o entendimento de alguns técnicos de que, muito embora a discussão acerca do tema sistemas agroflorestais

esteja presente na pauta da instituição há cerca de dez anos, ainda não se tem uma idéia conjunta do tema, em que a idéia e proposta de trabalho dos técnicos esteja em harmonia com a proposta institucional. Isso se deve, principalmente, pela diferença na concepção, no entendimento dos processos, e pela novidade, pois, embora esteja em pauta há um tempo considerável, ainda é uma discussão nova, institucionalmente falando.

Isso se deveria, muito especialmente, pelo fato de que os parceiros de trabalho da instituição durante muito tempo, que eram os movimentos sociais, não tinham a agroecologia e os sistemas agroflorestais como temática de trabalho, e isso se refletia no trabalho do CETAP como um todo.

Além disso, o contexto das regiões nas quais se trabalha, não favorece as discussões em torno do tema, seja pelo seu contexto cultural, seja pelos sistemas produtivos praticados.

Assim, ao incorporar a discussão dos sistemas agroflorestais e colocá-lo como temática de trabalho da instituição, fica demonstrado um certo nível de amadurecimento das discussões institucionais, ainda que com todas as problemáticas envolvidas.

Além disso, alguns membros da equipe citam a dinâmica de trabalho imposta pelos projetos e convênios como um importante fator para impedir o melhor andamento da proposta. Os modelos de convênios e projetos impõem que os técnicos se dediquem as mais diversas tarefas no seu dia-a-dia, impedindo que se dediquem com mais atenção à um tema específico. Assim, na falta de um “animador” regional da proposta, não se consegue avançar mais, com maior rapidez na construção de uma proposta de trabalho. E essa é uma problemática que se verifica em todos os temas de trabalho da instituição: quando existe um projeto ou convênio que permita a liberação de um técnico ou animador para tocar a proposta de trabalho, nota-se um avanço muito maior e coerente do que quando as temáticas precisam ser incorporadas à uma rotina de trabalho que já precisa dar conta de uma série de atividades que, muitas vezes, excedem mesmo a capacidade que o técnico ou a equipe teriam.

Isso se exemplifica com o início da discussão dos sistemas agroflorestais, onde um projeto de capacitação possibilitou que agricultores e técnicos se envolvessem com mais dedicação de tempo a temática, se capacitando tanto para a produção como para o acompanhamento, processamento de produtos e implantação de áreas, houve um avanço sem precedentes na discussão e no desenvolvimento do tema, envolvendo toda a equipe em discussões e desenvolvimento de atividades.

No entanto, atualmente o trabalho com agricultores encontra-se muito frágil. Por isso, mesmo com uma política institucional de se trabalhar a promoção dos produtos da agrofloresta junto aos mais diversos segmentos, no caso de haver uma demanda maior pelos

produtos ofertados, não existe matéria-prima suficiente, pela falta de organização e de produção.

Portanto, a maior necessidade, segundo alguns entrevistados, é ter um técnico com disponibilidade para se dedicar ao desenvolvimento do tema e com capacidade para desenvolver um trabalho em que os agricultores incorporem a implantação de sistemas agroflorestais como uma parte automática do trabalho na propriedade, como uma horta, e reproduzam os sistemas como uma atividade essencial, como fazem com as demais.

Sobre a última questão, onde se pedia que os entrevistados citassem exemplos, dentro do CETAP, de sistemas agroflorestais que estão cumprindo com a função de preservar e recuperar áreas, exemplos que foram usados como parâmetro de comparação e posteriormente de escolha para as famílias externas aos assentamentos que fossem representativas para responder as entrevistas.

6.2 Relato das impressões colhidas durante entrevistas com o corpo técnico dos assentamentos

Nessa etapa do trabalho, buscou-se entender como os técnicos que trabalham diretamente com assentamentos enxergam a temática, como desenvolvem o trabalho e quais os próximos passos no desenvolvimento das atividades.

São três técnicos de produção e uma técnica social que dão conta do trabalho com onze (11) assentamentos, desenvolvendo todo tipo de atividades e atendendo as demandas apresentadas pelas famílias de agricultores assentados.

Para facilitar a organização de trabalho, embora todos atuem nas diversas áreas, cada um é responsável por algum tema específico. A importância de citar esse fato é que se nota, durante as entrevistas, que cada um enfoca o trabalho de uma ótica diferente, relacionada aos temas mais comuns de seu dia-a-dia. Acaba ficando demonstrado, durante as entrevistas, diferentes pontos de vista, diferentes enfoques sobre o mesmo tema, reforçando aquilo que a entrevista com os coordenadores já demonstrava: embora haja um consenso sobre a importância do trabalho com sistemas agroflorestais, especialmente como ferramenta para incentivar a recuperação de áreas, as abordagens, ou concepções, nem sempre são as mesmas.

Pelo lado positivo, essa heterogeneidade talvez seja justamente o fator que gera uma amadurecimento da equipe quanto ao tema, pois diferentes pontos de vista caminhando para o

mesmo rumo, enriquecem o debate, trazendo diferentes elementos que podem ser aproveitados por todos. Por outro lado, a não incorporação de uma concepção institucional pode trazer alguns problemas, uma vez que diferentes concepções podem trazer divergências e, pela impossibilidade de o mesmo técnico estar sempre acompanhando, o que já foi citado anteriormente quando se falava na falta de um técnico ou animador que acompanhasse as atividades, pode acarretar em diferentes orientações, que acabam atrapalhando o avanço de algumas atividades, muito mais no que diz respeito à estimular nos agricultores uma mudança de concepção, como é o caso dos sistemas agroflorestais.

Durante as entrevistas, tentou-se chegar ao cerne dessa questão, ou seja, quais são as diferenças (se houvessem) entre as concepções dos diferentes técnicos sobre a temática, como cada uma aborda e entende o tema? A primeira coisa que se faz notar é que cada um deles aborda o tema por uma perspectiva diferente. O técnico que esteve mais presente durante as discussões sobre a temática ambiental, foca suas respostas muito mais na parte teórica, na concepção da idéia, associando a mesma ao trabalho de recuperação e preservação de áreas. O técnico que esteve mais presente durante as práticas, ou seja, que acompanhou mais de perto (pois todos estiveram constantemente presentes) a instalação das áreas e as discussões com o pessoal da EMBRAPA, num projeto que subsidiou as mudas através de kits, se foca muito mais na prática, nos fatores da instalação das áreas e dos problemas enfrentados mais especialmente lá no campo. O terceiro técnico, responsável pela coordenação das atividades, enfoca uma perspectiva mais global, buscando associar a discussão dos sistemas agroflorestais com a dinâmica da propriedade como um todo. Não que os demais técnicos não entendam ou mesmo não façam essa associação, mas fica claro, durante as entrevistas, como cada um direciona as suas respostas para a sua realidade, demonstrando claramente, conforme o tópico anterior (das entrevistas da coordenação) dizia, que a concepção de cada técnico ainda não é uniforme no discurso com a concepção da instituição.

Mas se isso de certa forma apareça durante as entrevistas, nota-se também uma sintonia muito grande, pois as respostas se complementam, dando como resultado respostas completas e cheias de informações em cada item. É como se todos caminhassem em harmonia, um complementando o trabalho dos demais, para que a equipe como um todo avance na proposta da agroecologia para os assentamentos.

Na primeira questão, ao serem abordados sobre o por que da escolha do tema “sistemas agroflorestais” para o trabalho com as famílias, fica clara a intenção de se demonstrar, através da prática, a possibilidade real de se associar produção com preservação. Mas muito mais que isso, incentivar a diversificação da produção através da incorporação de

novos sistemas de produção, mexendo com as idéias, as concepções das famílias trabalhadas, através da demonstração, na prática, de resultados concretos.

Para eles, o grande desafio é convencer, ou seja, fazer não apenas com que o agricultor assentado entenda a importância da proposta e aceite o desafio de implantar uma área na sua propriedade, mas que passe a ver aquela área como de importância, como um local de geração de renda, de produção para a subsistência da família, mas tudo isso aliado a tornar aquele local um santuário da preservação da natureza e recursos naturais dentro da sua propriedade e, mais especialmente, sob a sua responsabilidade e responsabilidade de sua família.

Além disso, a equipe entende que os sistemas agroflorestais são o que há de mais evoluído na proposta da agroecologia, pois leva em consideração todos os aspectos da ciência agroecológica, sendo o que existe de mais avançado e mais evoluído dentro da proposta, servindo mesmo em propriedades que não estão sob a dinâmica da produção ecológica.

Abaixo, um trecho de entrevista de um dos técnicos:

...é um grande desafio, por que até hoje a forma como de visão da agricultura é separar: o que é floresta:floresta; o que é produção: produção; o que é potreiro: potreiro; então, essa discussão de integração entre a produção de culturas anuais com espécies florestais (espécies de produção mais a longo prazo) é um bom desafio para se tentar criar sistemas sustentáveis de produção.

Sobre os passos para a adoção da prática, as respostas foram das mais diversas ordens. Mas o fato é que, antes de mais nada, a equipe entende que a proposta de trabalho com a temática vem como resultado de uma reflexão mais profunda, anterior ao trabalho nos assentamentos propriamente. De um modo geral, o primeiro passo é a sensibilização dos agricultores. No caso específico desse trabalho, a sensibilização surge após a construção coletiva dos PDAs e PRAs, onde a necessidade de um trabalho de recuperação de áreas e os anseios dos assentado em trabalhar a diversificação da produção ficaram evidentes.

Á partir disso, várias atividades/ medidas foram sendo feitas, com o intuito de sanar principalmente o problema da recuperação de áreas. As ações foram desde o simples povoamento de áreas com mudas de espécies nativas até à discussão e criação de um grupo ecológico em um dos assentamentos.

Assim, foi possível demonstrar que a atividade era possível e, segundo as palavras de um dos entrevistados *“apontava para um futuro mais promissor...”*. A partir disso, se propunha uma análise sobre como os sistemas de cultivo são feitos atualmente e no decorrer da história mais recente da humanidade, seus impactos, seus malefícios, a dependência gerada

e apontar caminhos que sejam alternativos à isso, gerando melhores condições de vida para as pessoas. Essa discussão leva à uma reflexão, por parte dos agricultores assentados, de que é possível aliar produção com preservação, negando o senso comum de que é preciso derrubar para produzir. Eles passam a enxergar a floresta como um grande laboratório, fornecedor de matéria prima das mais diversas, sejam as plantas medicinais ou frutas nativas, que hoje possuem um mercado consumidor em expansão, além da madeira, estratos entre outros.

Também aprendem, através de oficinas e dias de campo, como podem aproveitar melhor esses produtos, como podem processá-los e que receitas podem ser criadas à partir deles.

No entanto, o maior entrave para a continuidade da proposta eram os recursos para a implantação das áreas. Isso acaba sendo sanado até certo ponto com o estabelecimento de uma parceria com a EMBRAPA através de um projeto que doava aos agricultores assentados, kits para a instalação dos sistemas agroflorestais. Assim, volta-se para os assentamentos para discutir a distribuição dos mesmos.

Em alguns, a decisão ficou por conta dos assentados, especialmente onde já havia um grupo ecológico. Em outros, a própria equipe acabou definindo a distribuição por razões diversas.

Assim, foram realizadas diversas atividades de sensibilização e conscientização, dias de campo, oficinas, inclusive de processamento de produtos, além das reuniões de discussão e definição das atividades.

Entende-se que essas ferramentas servem como estímulo ao avanço dos sistemas de cultivo, ao mesmo tempo que servem como fator de motivação para despertar nos agricultores assentados a consciência da necessidade de se preservar e se recuperar, através da recomposição e repovoamento, as áreas de preservação permanente, reservas legais e demais áreas que se julguem importantes por estarem apresentando alto grau de degradação.

Sobre os critérios de escolha das famílias pioneiras nas atividades, estes variaram de acordo com o assentamento. No Assentamento Três Pinheiros, que possui um grupo ecológico, o critério inicial era participar do grupo. Depois o próprio grupo acabou criando critérios, que os levaram a definir a área de recuperação de uma nascente, na divisa entre duas propriedades como a alternativa mais coerente.

No Assentamento Nova Esmeralda, foram escolhidas duas áreas: uma na propriedade de um agricultor, que apresentou a demanda de recuperar uma área de preservação e na escola do assentamento, para que servisse como espaço didático para os professores e área de

trabalho e educação ambiental para os alunos. Ambas as áreas foram definidas pela equipe técnica, após debates com as famílias.

Nos demais assentamentos os critérios foram semelhantes: pela demanda das famílias.

Isso demonstra, conforme cita um dos entrevistados, que, ao se proporcionar aos agricultores uma leitura acerca do contexto e a possibilidade de se trabalhar dentro de uma nova perspectiva, algumas famílias demonstram maior afinidade e se desafiam a experimentar a construção dos sistemas e aplicação prática da proposta. Por isso, a predisposição das famílias é, sem dúvida, o principal critério de escolha. E ainda, segundo o entendimento dos técnicos, o fator que seria o principal empecilho para que hoje se tenham mais experiências de implantação de sistemas agroflorestais nos demais assentamentos é a dificuldade que alguns têm de entender a proposta, se desafiarem a construir uma alternativa, e para a equipe, resta a missão de tentar motivar essas famílias num processo contínuo de trabalho de sensibilização. Mas todos entendem que para sensibilizar um maior número de famílias ainda vai levar algum tempo.

Para o cotidiano das famílias, o que muda mais especialmente é a mudança de concepção. Seja pela possibilidade de diversificação, pela mudança de visão do seu entorno, ou pelo resgate do “saber fazer antigo”, resgatando a sabedoria dos mais velhos, que cultivavam espaços diversificados no entorno de suas residências, o fato é que a família passa a visualizar, no seu dia-a-dia, um modo diferente de fazer agricultura e preservar o ambiente. Os agricultores passam a incorporar técnicas diferenciadas no seu cotidiano, técnicas mais sustentáveis e mais preservacionistas, mas sem perder de vista que é possível aliar essa preservação à produção de alimentos e geração de renda para sua família. E essa mudança de concepção acaba acarretando e benefícios para o meio como um todo, pois impacta de forma positiva em todo o ecossistema local, e esse impacto será tanto mais visível quanto mais famílias forem se integrando à proposta.

É senso comum entre os técnicos também, a idéia de que é preciso mudar o enfoque da discussão sobre a necessidade de preservação. A preservação pela preservação não faz com que o agricultor se comprometa com a área a ser mantida. Especialmente no contexto da agricultura familiar (inclusive nos assentamentos), onde a realidade é de pequenas áreas, a preservação sem o uso racional das áreas acarreta em uma idéia de que a área em questão está sendo “perdida”, e assim ela é suprimida na primeira oportunidade, para que possa gerar renda para a família.

Um exemplo claro são os casos em que os agricultores precisam, através de um termo de ajuste de conduta – TAC, recuperar uma área. O que a lei impõe é que o agricultor replante

um número determinado de mudas em uma determinada área. O que se vê, na maioria das vezes é que, após o plantio, o cumprimento do imposto pela lei, essas áreas ficam abandonadas à própria sorte, levando um tempo muito longo para se recuperar, o que nem sempre acontece de fato. Isso se deve pelo não entendimento da importância daquela ação por parte dos agricultores. A “intocabilidade” gera indiferença, enquanto que a possibilidade de manejo desperta interesse e intenção de se preservar o local.

O que a experiência vem demonstrando é que, quando se alia preservação com estratégias de geração de renda e produção de alimentos, como nos sistemas agroflorestais, o comprometimento da família com a preservação da área aumenta, levando-as mesmo a discutir estratégias para expandir a preservação de áreas em suas propriedades. Os agricultores entendem, em sua maioria, o por que da necessidade de se preservar áreas, e isso fica demonstrado nos depoimentos colhidos para a execução do presente trabalho. No entanto, da mesma forma que compreendem, sabem também de suas dificuldades, da necessidade de gerar renda com um pequeno espaço de terra, muitas vezes sem boas condições de produção, sendo que essa realidade é ainda mais dura em muitos dos assentamentos acompanhados pela instituição.

Daí a grande necessidade de se apontarem caminhos que aliem a preservação dos recursos com a produção. Abaixo, um trecho de uma das entrevistas que exemplifica como os técnicos entendem que a utilização de sistemas agroflorestais pode servir como estratégia de recuperação de áreas de preservação:

Eu não vejo como um problema, por mais que a lei diga que dentro das áreas de APP não pode se tirar muita coisa para o consumo, para a industrialização, enfim, eu acho que tem que ter plantas com esse objetivo: produzir alimentos. Assim como as lavouras não deveriam ser só de milho, pomar só de frutas. Acho que tudo deveria ter um consórcio de coisas. Por que na área de APP, só por que é área de preservação permanente não pode se tirar nenhuma fruta, não pode se tirar uma lenha? Por que é que as lavouras têm que ser só lavouras de milho, só lavoura de soja e um pomar de frutas não pode ter consórcio de coisas? Então, como no nosso trabalho se incentiva a diversificação de outras áreas, ali também deve ser incentivada a diversificação.

Sobre a contribuição dos sistemas agroflorestais para o desenvolvimento das famílias e diversificação da produção, são dois pontos de vista que se destacam:

Em primeiro lugar, a grande potencialidade dos sistemas agroflorestais como geradores de renda. Isso se dá quando a família entende a proposta do sistema e se desafia a diversificar a produção dentro das áreas, o que gera segurança alimentar para as famílias e desenvolvimento econômico, seja pela possibilidade de comercializar os produtos, seja por

estas não precisarem mais recorrerem aos mercados para se abastecer da maioria dos produtos da alimentação da família, podendo investir esse dinheiro em outras necessidades.

Além disso, a grande potencialidade da utilização de frutas nativas ainda está só começando a ser explorada, o que traz grandes potencialidades de produção e consumo a médio e longo prazo, sem contar as plantas medicinais, que já tem um mercado garantido.

Segundo, o aspecto preservacionista integrado à produção de bens e alimentos, potencializa a idéia da sustentabilidade preservacionista, onde aspecto econômico e ambiental caminham juntos. Embora a idéia da preservação dos recursos deva ser vista como um compromisso social global, atualmente o que se percebe é que todo o ônus da preservação fica com os agricultores, mais especialmente aqueles que possuem pequenas propriedades. Por mais que exista hoje em dia uma idéia de compensação, enquanto a sociedade não assumir a responsabilidade pela preservação dos recursos, essa idéia de compensação continuará andando em passos lentos.

Os sistemas agroflorestais apontam um caminho possível dentro dessa ótica, seja a conservação, seja a compensação. Um uso racional dos recursos, conforme a proposta de sistemas agroflorestais regenerativos análogos, possibilitaria aliar as proposta da preservação com a necessidade de produção das famílias.

E, se isso vai avançar com maior ou menor velocidade, segundo depoimento de um dos entrevistados, *“tem a ver com o ‘assumir’ do conjunto da sociedade”*.

Os trabalhos realizados para a conscientização a partir da implantação dos sistemas agroflorestais ainda está aquém daquilo que os técnicos haviam almejado. No entanto, já estão sendo realizados dias de campo, oficinas, espaços de discussão e especialmente, nos espaços destinados para a discussão da temática ambiental, tentar introduzir o debate e mostrar para as famílias que ainda não estão incorporando a idéia, todas as potencialidades do trabalho.

Quando questionados sobre estarem ou não atingindo o objetivo de trabalho inicial da proposta, todos são unânimes em afirmar que o processo é mais lento do que se esperava. As dificuldades dizem respeito muito mais à dificuldade de as famílias mudarem concepções e culturas antigas, encravados em sua memória e seu meio de vida. Isso causa um certo distanciamento entre os objetivos do agricultor e do técnico, que muitas vezes enxergam a área sob olhares bastante diferentes. E esse é um fator que ainda precisa ser trabalhado e amadurecido.

Os agricultores, ao não verem a área como uma prioridade, também não dedicam um tempo mais considerável para a construção do espaço, ficando à espera da iniciativa do técnico (e isso também fica claro na entrevista com os agricultores, quando os mesmos

afirmam que sentem receio de interferir na área, pois podem fazer algo que não está de acordo com a proposta dos técnicos).

Tenho claro que entre a concepção do técnico e a do agricultor sobre a área existe uma distância muito grande ainda, por que é um processo de construção...

Entre as principais dificuldades, citam a dificuldade de mudança de concepção das famílias; a dificuldade de um acompanhamento constante por parte dos técnicos, pelas barreiras impostas pela dinâmica de trabalho; as dificuldades ainda presentes no estímulo aos processos de comercialização dos produtos gerados; a dificuldade que os agricultores têm de interagir com o local sob uma nova perspectiva e relação, diferente do tradicional cultivar herdado da revolução verde; por fim, muitas famílias não estão interessadas em recuperar áreas, não entendem a importância da proposta e não se dispõem a trabalhar a recomposição de áreas.

Sobre os avanços, talvez o mais marcante seja extrapolar as experiências de implantação de sistemas agroflorestais tradicionais da instituição e encavar experiências no meio de assentamentos, mais especialmente em propriedades sem a tradição da produção ecológica, o que demonstra um amadurecimento e o assumir de um grande desafio por parte da equipe técnica; a sensibilização de algumas famílias; o entendimento maior das diferentes dinâmicas de cada ecossistema trabalhado, permitindo que o técnico também interaja de forma diferenciada com o meio, buscando combinações que sejam mais adequadas e adaptadas aos locais; as parcerias estabelecidas, especialmente com a EMBRAPA; e por fim o maior número de famílias interessadas em produzir frutas nativas.

Sobre os próximos passos, mais do que continuar os manejos nas áreas já instaladas (que é um passo importante no processo contínuo de construção de sistemas agroflorestais), melhorar o trabalho de capacitação para o processamento de frutas, especialmente as nativas, para o aproveitamento da produção; implantar novas áreas; continuar o debate nos espaços com as famílias; implantar um viveiro que gere mudas para o abastecimento das novas áreas mas que também seja fonte de renda para as famílias; avançar na proposta de quintais agroflorestais, ainda que fora da tática de recuperação de áreas, por se entender a importância de se ter áreas próximas as casas com o objetivo de produção de alimentos, criação de uma zona de conforto e melhorar a aparência das áreas; capacitar as famílias para a implantação e manejo das áreas achando meios (inclusive financeiros, com o debate do crédito), para viabilizar a instalação de novas áreas e expansão das já existentes e, por fim; implantar outros

métodos de sistemas agroflorestais, testando novos formatos para diferentes realidades e demandas.

6.3 Relato das impressões colhidas durante entrevistas com as famílias de agricultores ecologistas e agricultores assentados

As entrevistas com os agricultores ecologistas e agricultores assentados, buscaram retratar não apenas como eles entendem os sistemas agroflorestais, mas como enxergam o trabalho da entidade e o desenvolvimento das atividades, aliadas à proposta deste estudo: se os sistemas agroflorestais são uma estratégia válida, uma ferramenta adequada ao incentivo à preservação de áreas protegidas aliado a geração de recursos.

Aqui, vamos nos deter mais nos resultados obtidos nas entrevistas dos assentamentos, que era o foco principal do trabalho. As entrevistas feitas com os demais agricultores servirão como base de comparação, como parâmetro para se entender melhor o trabalho a longo prazo.

De início, buscou-se entender melhor o que os agricultores entendem por sistemas agroflorestais. O senso comum é que sistema agroflorestral é plantar floresta junto com produção anual. E essa é a resposta mais simples e a primeira que aparece, tanto para os assentados quanto para os agricultores familiares. Após uma reflexão, surgem outras idéias. Os assentados comparam a idéia ao que estão vendo na prática: algo que foi construído com o intuito de criar um ambiente semelhante ao da floresta, preservando o ambiente e produzir alimentos, além de possibilitar a produção de novos produtos, muitas vezes ainda desconhecidos, como as frutas nativas.

Interessante notar, aqui, a semelhança entre a idéia dos agricultores e a do técnico, mas as diferentes abordagens dadas a cada uma delas. O técnico enxerga as áreas como local de produção de alimentos aliado à preservação dos recursos, incorporação de elementos do ecossistema local, diversificação da produção e trabalho com a biodiversidade local, sendo que o sistema agroflorestral seria uma etapa à mais no processo de ecologização das propriedades, sendo visto como o que há de mais avançado em termos de agroecologia da produção.

O agricultor assentado fala de preservar as nascentes e cursos d'água, produzir alimentos no meio da floresta, produzir coisas que antes não se conhecia, como as frutas nativas, plantar florestas e preservar o que ainda existe de fauna e flora nativos.

Entendem também a importância do trabalho em conjunto, de se levar para outras famílias a sua experiência e incentivar outras famílias a implantarem novas áreas.

Nota-se uma empolgação por parte dos agricultores, pelo fato de estarem realizando uma experiência diferenciada, se sentem valorizados, protagonistas de um processo novo, e querem levar isso adiante, pois entendem que estão fazendo algo que vai além do tradicional, do comum, e que os resultados estão e vão continuar aparecendo.

Já os agricultores familiares, quando questionados sobre o entendimento dos sistemas agroflorestais, apresentam um discurso que se assemelha muito mais do discurso dos técnicos, seja pela sua tradição em trabalhar de forma ecológica, seja por serem, nesse caso, lideranças locais e referência na discussão da agroecologia, seja por terem participado de trabalhos mais concisos de formação, dentro e projetos e programas como os já citados anteriormente.

Mas nota-se que, mesmo entre eles, não há uma incorporação da idéia, não sentem as áreas como de grande relevância para a dinâmica da família, e continuam reproduzindo o modelo tradicional de pomares, horta e lavouras, incorporando poucas ou nenhuma das técnicas trabalhadas nos cursos. Isso reforça enormemente o que os técnicos da equipe citavam como um grande entrave do trabalho com sistemas agroflorestais: a dificuldade de se extrapolar as barreiras tradicionais dos modelos de produção existentes, inserindo uma nova proposta, que vise levar para a mesma área a diversificação, a produção e a preservação, mas mais ainda, fazer com que as famílias incorporem a prática dos sistemas agroflorestais da mesma forma que fazem com as demais formas de cultivo, e que o manejo e trabalho com essas áreas seja tão importante e presente na dinâmica organizacional da família como os demais.

O que se percebe é que, a longo prazo, na falta de um acompanhamento específico (voltando à idéia dos animadores), na falta de uma continuidade do trabalho e do incentivo ao desenvolvimento desses sistemas, eles acabam ficando em segundo plano ou mesmo abandonados, demonstrando que a família não entendeu o trabalho como seu. E isso, de certa maneira, também está acontecendo nos assentamentos, conforme fica exemplificado mais adiante, em outra parte dos questionamentos.

Dos três casos analisados, dois abandonaram a área, deixando que a natureza se encarregasse da continuidade da recomposição e abandonando o intuito de produção nessas áreas e no terceiro, a família ainda produz no local, especialmente na parte do pomar, mas não faz mais manejos regulares, não incorpora novas técnicas e novos produtos, se restringindo apenas a manter o pomar já instalado e replantar algumas mudas. Embora tenham feito uma expansão da área, não conseguem incluir o manejo dessa área dentro da dinâmica de trabalho

da família, justamente por não a verem como uma prioridade ou como de importância. Embora a área tenha alta produção e uma qualidade excepcional nos seus produtos, o mérito não é do manejo e sim das condições do próprio ambiente.

Quando questionados sobre o porquê de terem sido pioneiros na implantação das áreas, em muitos casos foi a demanda e a discussão feita na equipe o maior motivador. Em outros casos, especialmente no caso do assentamento Três Pinheiros, a área foi escolhida como resultado de uma discussão, pela disponibilidade e vontade das famílias, que chamaram para si a responsabilidade de desenvolver a agroecologia num âmbito mais avançado, aproveitando a necessidade de se recuperar uma área no entorno de uma nascente e a vontade de se desenvolver uma atividade inovadora, que trouxesse para o seu dia-a-dia dinâmicas que as fizessem refletir e aprender mais sobre os manejos ecológicos, além de melhorar a qualidade do principal produto gerado naquele local: a água. Estas áreas começaram a ser implantadas em agosto de 2010, com o plantio de mudas, roçadas, entre outros, um trabalho que envolveu muito mais famílias do que apenas aquelas donas dos lotes, mais especialmente as famílias dos grupos ecológicos.

Sobre o entendimento dos assentados sobre as áreas de preservação permanente, sua idéia é bastante clara, e muito aproximada daquilo que está prescrito na legislação. Entendem a necessidade de se manter uma área sem manejos intensivos, pela fragilidade do local, muito mais especialmente no entorno de nascentes e cursos d'água. Entendem a fragilidade dos solos, a melhoria das condições de potabilidade das águas em áreas protegidas e que essa iniciativa tem a capacidade de manter as nascentes, ao contrário do que acontece no caso contrário, quando as áreas não são protegidas e o manejo do entorno é intenso.

Entendem também que a implantação de um sistema agroflorestral em uma área de preservação permanente é uma etapa na recomposição de uma área que posteriormente ficará intocada e protegida, com manejos mínimos, quando for o caso, apenas para a retirada de sementes e frutos, e para manter o local.

E justamente neste item é que o entendimento dos assentados demonstra que o acompanhamento técnico, ainda que não na frequência desejada, pode trazer resultados interessantes. Ao se comparar a idéia que os assentados têm de uma recuperação de APP através dos sistemas agroflorestais, daquela idéia apresentada pelos agricultores entrevistados fora dos assentamentos, o entendimento do processo está muito mais avançado por parte dos assentados. Os agricultores ecologistas têm muito claro o que é uma área de preservação permanente e sua importância para a preservação dos biomas e das paisagens locais. No entanto, quando associam a recuperação de áreas de preservação ao uso e implantação de

sistemas agroflorestais, a maioria não entende isso como um processo, como parte de uma caminhada rumo à recomposição do local. Vêm o SAF muito mais como uma possibilidade, uma saída para que possam usar indefinidamente também aquela área com manejos mais intensos, pois partem de um pressuposto de que o sistema agroflorestal, por si só, já é uma medida de preservação, sem levar em consideração todos os demais fatores ligados à proposta.

Sobre como vêem a importância de se preservar os recursos naturais, é interessante relatar o depoimento de um dos agricultores entrevistados, que retrata a simplicidade e ao mesmo tempo a sabedoria e a responsabilidade com o meio em que vive:

...por que eu acho que água é vida. Se nós não tamo preservando a água, não tamo preservando a vida. Não vamos ter vida amanhã ou depois. Pensando em um todo, não é só eu que preciso de água, o meu vizinho precisa, o passarinho precisa, todos precisam de água, e se não tem água, não tem vida.

Alguns também citam a importância dos valores aprendidos em casa, onde os pais ensinaram, desde cedo, a importância da preservação dos recursos naturais e da natureza como um todo. Nota-se que os valores trazidos de casa, os ensinamentos dos pais e mais especialmente o exemplo, serão levados e reproduzidos pela vida a fora dos agricultores. Entendem também que, hoje em dia, é necessário, ainda, ir muito além daquilo que os pais faziam em termos de preservação, do não uso de agrotóxicos, e que, onde cada um fizer a sua parte, o todo sai ganhando. Falam também da necessidade de se levar essa experiência para outros, disponibilizando seu espaço para que outros venham ver a aprender e que possam replicar em suas propriedades ou lotes.

Outro trecho que vale a pena ser retratado, aparece quando são questionados sobre a opinião deles, se acham que os sistemas estão ajudando a preservar os recursos naturais, a recuperar as áreas, se estão cumprindo com a proposta feita quando da implantação:

Com certeza vai ajudar, por que agora, mesmo com toda essa chuvarada, eu noto. Antes, quando viemos morar ali, era tudo lavrado, toda a terra mexida pra cima. Chovia, a água era um lodo, não dava pra utilizar dois ou três dias, e agora, olha, com todos esses dias de chuva, toda a semana de chuva que deu, a água tá clarinha, tá intacta. A área já tá servindo como um filtro pra água ali, o capim, as árvores, tudo já está ajudando, e olha que não faz um ano que tá plantado.

Sobre a geração de renda a partir das áreas de SAFs implantadas, embora ainda não estejam tirando uma renda considerável, tendo no momento mais produção de alimentos para

a família mesmo, têm claro que é parte do processo, e que a renda virá com o tempo, de acordo com o desenvolvimento do sistema.

Também têm em mente produzir na agrofloresta produtos para a merende escolar, mais especialmente na área do Três Pinheiros, onde está sendo construída uma escola.

Todos se dizem satisfeitos com a implantação da área, embora avaliem que ainda precisem avançar muito no plantio de espécies e organização da área. Se dizem satisfeitos também com o acompanhamento da equipe e com as orientações recebidas durante o processo de sensibilização das famílias.

Pensam também que agora, o mais importante é fazer uma avaliação das áreas juntamente com a equipe, para planejar os próximos passos no manejo das áreas, para que todos pensem juntos nos caminhos a serem seguidos, para que o andamento esteja de acordo com os anseios de todos.

Pretendem melhorar a qualidade da área que estão manejando, entender melhor a dinâmica de funcionamento do sistema e, posteriormente, podem sim, na grande maioria, vir a ampliar a área. Quando não existe a intenção, é mais pelo entendimento de alguns de que já estão fazendo a sua parte ao ter áreas de reserva legal e de preservação permanente em seus lotes, o que demonstra, mais uma vez que, embora tenham um nível de entendimento muito bom sobre a área, ainda não incorporaram a idéia desta área como uma área de produção, vendo-a ainda como uma área de preservação simplesmente.

Mas já se nota a intenção de se mudar o formato de manejo de outros sistemas por alguns, que, por mais que não pretendam ampliar suas áreas de SAF's, já pensam em incluir algumas técnicas de manejo agroflorestal em outros cultivos, mais especialmente nos pomares, com a diversificação de espécies e inclusão de outras culturas como plantios de milho e adubação verde.

Dentre as principais dificuldades apontadas pelos agricultores, talvez a que chama mais a atenção é que eles citam a dificuldade de mudança da concepção, de entender que é possível ter um consórcio de plantas coexistindo e mais que isso, se relacionando com a vegetação oriunda da regeneração natural, como as capoeiras. Quebrar a concepção de que se deve ter os locais de produção limpos e livres e ver uma área com capoeira coexistindo com espécies frutíferas, plantios anuais, espécies madeiráveis, e entender que isso faz parte do sistema é talvez a maior dificuldade e a maior surpresa apontada. Depois, fatores que foram aparecendo no decorrer do desenvolvimento das áreas, como a falta de água para irrigação, problemas com solos, insetos, ataque de formigas, são pontos que aparecem sempre, inclusive nos entrevistados fora dos assentamentos.

Os agricultores familiares, quando questionados, também têm presente a dificuldade da mudança de concepção, mas num grau bem menos claro do que os agricultores assentados, na maioria da vezes. Talvez isso se dê por estes últimos terem em mente que, por estarem praticando a agricultura ecológica, por terem familiaridade com os conceitos da agroecologia, já estão com sua concepção acertada da forma como deveria ser. Os assentados, por outro lado, por só estarem trabalhando conceitos de agricultura ecológica há pouco tempo, tornam-se mais receptivos para debater assuntos inovadores, e isso também se retrata, de certa maneira, no discurso dos técnicos.

É claro que existem os casos que fogem à regra, especialmente entre os agricultores familiares, mas como aqui estamos tentando retratar uma média apontada pelas entrevistas realizadas, o mais comum de se encontrar é o que foi acima relatado.

Quando questionados sobre os avanços percebidos, os agricultores familiares geralmente citam a recuperação das áreas, embelezamento do local, diversificação dos produtos. Os assentados voltam-se muito mais para aspectos que foram observados em comparação com outras áreas de cultivo. O principal aspecto é, analisando os depoimentos, o resgate da auto estima das pessoas, e o segundo, a melhoria da qualidade do local, mais especialmente daquelas áreas próximas às residências. Resgate pelo fato de que se sentem valorizadas, por estarem desenvolvendo uma técnica inovadora em seus lotes, e pela visualização do resultado do trabalho, mesmo com pouco tempo de instalação da área. É interessante perceber como eles observam o desenvolver da área, os problemas e avanços que ocorrem no dia-a-dia, especialmente aqueles que possuem as áreas próximas as suas residências, o que reforça o que foi dito por um dos técnicos quando citava, acima, a importância de se desenvolverem quintais e zonas de conforto nos arredores das residências, pois essas áreas são melhores cuidadas e melhores observadas. E isso também se verifica nas demais famílias entrevistadas pois, entre os três casos analisados fora dos assentamentos, o que estava sendo mais acompanhado e observado pela família foi aquele feito próximo à casa.

Outro ponto que foi citado tanto entre os agricultores assentados quanto entre os agricultores familiares, foi o fato de que as frutíferas que são plantadas dentro dos sistemas agroflorestais se desenvolvem melhor, produzem melhor e com maior qualidade, são menos atacadas por pragas e doenças e não sucumbem às intempéries do tempo com a mesma facilidade que as outras, plantadas em pomares tradicionais.

Mas certamente um dos fatores mais interessantes que apareceu nos depoimentos foi o fato de que a implantação dos sistemas agroflorestais à partir do trabalho da equipe veio mudar a intenção dos agricultores, pois muitos estavam intencionando suprimir as áreas e

nascentes, para a construção de lavouras, e a implantação dos sistemas agroflorestais, os debates gerados, acabaram mudando a intenção e a mentalidade. Alguns se dizem aliviados por terem conseguido uma alternativa de uso rentável do local, ao invés do desmatamento ou supressão das áreas.

Isso demonstra que, muitas vezes, o que falta aos agricultores, mais especialmente os assentados, é uma alternativa, o conhecimento de opções e o acompanhamento para que a atividade não venha a fracassar. Na maioria dos casos em que as atividades realizadas pelo CETAP, especialmente os sistemas agroflorestais são abandonados, dizem respeito à falta de incentivo e acompanhamento para planejar e executar adequadamente as ações. E, sobre o caso de uso das áreas, quando alternativas são apresentadas, desde que alternativas exequíveis e que recebam acompanhamento e planejamento, as chances de se reverter um processo de degradação são maiores.

Sobre a não ampliação das áreas de sistemas agroflorestais pelos demais, sentem que as pessoas não estão preocupadas com nada além do lucro. Alegam que hoje em dia as pessoas não estão preocupadas com a produção de alimentos, não se preocupam em preservar a fauna, flora e recursos naturais, não estão dispostas a se desafiarem à entender e praticar novas concepções, ficando restritas à busca incessante pelo lucro através do plantio de *commodities*.

Dentre as principais melhoras notadas pelas famílias assentadas nas suas vidas e organização dos lotes, é que o trabalho realizado ensinou novas técnicas de manejo que já estão sendo utilizadas em outras áreas, mostrando resultados. Outra é o incentivo à produção ecológica, tanto para o consumo da família quanto para comercialização. Citam já estarem usando ou planejando o uso de técnicas como adubação verde e quebra-ventos nas demais áreas, notando melhoras consideráveis ou à partir das melhoras que vêm observando nas áreas de sistemas agroflorestais, o que nem sempre é um ponto citado nas entrevistas de agricultores familiares, que alegam adotar técnicas pela participação em cursos e espaços de formação, e não pela observação do espaço do SAF.

Certamente que, tanto entre os agricultores assentados quanto para os agricultores familiares, todos são unânimes em afirmar que os sistemas agroflorestais são uma excelente estratégia de preservação da natureza e dos recursos naturais, servindo como fonte de produção de sementes e alimentos e cumprindo a função de preservar ao mesmo tempo. Alguns ainda citam que certamente que os agricultores que possuem essas áreas se sentem mais motivados a manter uma área preservada e protegida, com manejos pouco invasivos e agressivos, em todas as áreas de preservação. Isso por que deixam de ver a área como uma

“área perdida”, passando a ver resultados, produtos, e ao mesmo tempo o local preservado, cheio de vida e com os recursos naturais mantidos e mantidos com qualidade, como no relato da água da nascente.

Para os agricultores assentados fizemos um desafio que acabou sendo suprimido da entrevista com os agricultores familiares: propusemos que se colocassem no lugar do técnico, durante um acompanhamento, e perguntamos se eles recomendariam à outros agricultores o uso de sistemas agroflorestais como estratégia de recuperação de áreas. Todos foram unânimes em dizer que sim, que recomendavam o uso e que certamente já fazem uma bela propaganda de suas áreas, mas um depoimento, do um assentado do Assentamento Três Pinheiros chamou a atenção, e segue abaixo, demonstrando a visão que muitos têm sobre as áreas implantadas:

Sim, com certeza. Por ter a fruta, por ter o alimento pra os passarinhos, por que quando nós chegemo ali não tinha nenhum passarinho, não se ouvia cantar. Hoje tu tem o passarinho ao teu redor lá, tem os animalzinhos que tu enxerga, todo dia tu enxerga passarinho lá (...) antigamente a gente tinha o costume de colocar porongo nas árvores pros passarinho fazerem ninho. Quando a gente chegou aqui, passou um ano, não vi um canário, não vi uma corruíra, não tinha nada! E hoje, é pra ver! O canarinho faz ninho, falta porongo!

Como geração de renda, como já dito antes, por enquanto ainda não estão tirando renda dos locais, embora já vejam alguns resultados em relação à produção de alimentos. Mas todos têm muito claro que isso é um processo, e que os resultados virão com o tempo, com o desenvolvimento do sistema e das espécies implantadas.

Quanto ao trabalho dos técnicos, foram muito bem avaliados pelos assentados. Embora a frequência das visitas seja esparsa, alegam que os técnicos estão sempre muito disponíveis, atendendo sempre que foram solicitados, mas que deveriam haver mais técnicos para atender a demanda que existe no total dos assentamentos acompanhados.

Alguns ainda citam que muito depende da vontade dos próprios assentados, que algumas coisas não vão adiante pela falta de comprometimento e vontade dos próprios assentados, que não se desafiam a realizar as atividades propostas pelos técnicos.

Já os agricultores familiares, na maioria das vezes reclamam do fim do projeto que dava acompanhamento à implantação dos SAF's, pois os técnicos que agora fazem o acompanhamento não conseguem se dedicar com mais tempo para as atividades dos SAF's pela demanda das demais atividades. Em sua grande maioria, responsabilizam o fim do acompanhamento dos técnicos pela descontinuidade das atividades no SAF, o que demonstra que ainda existe uma grande dependência do acompanhamento técnico, o que se verifica em

todas as atividades. A análise dessa relação de dependência e dos fatores que levam a isso dariam um trabalho à parte pela sua complexidade e particularidades, por isso não entraremos no mérito aqui.

No geral, o que se observa é que as experiências são muito positivas, trazendo diversos benefícios para as famílias, especialmente aquelas que recebem acompanhamento por mais tempo.

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para qualificar a apresentação e análise dos resultados observados, bem como tentar elucidar pontos levantados na proposta inicial do estudo e que foram sendo apresentados no decorrer do relato, propomos agora uma análise geral daquilo que se observou.

As “inquietações” que motivaram o presente estudo fazem parte da construção de uma proposta de sistematização de um trabalho mais amplo, realizado em diversos municípios e diversas realidades, que são o conjunto dos trabalhos da instituição, entre eles os assentamentos. Além disso, o presente estudo tem o intuito de fornecer um subsídio, uma ferramenta, que pode servir como auxílio para debate e reflexão da equipe da ONG, que busca incessantemente avançar no processo de construção e promoção da agroecologia na região.

Por isso, entendeu-se interessante agrupar os dados apresentados acima, de forma a fornecer um quadro resumo daquilo que se observou.

O termo “inquietações” se deve ao fato de que, para o presente estudo, não se trabalhou com o levantamento de hipóteses propriamente, mas com alguns aspectos que pareciam ser a chave para entender como o processo se dava institucionalmente e no trabalho de campo, mas que permaneciam obscuros.

O primeiro deles, a pergunta acerca de qual deve ser a postura do técnico ao pensar na necessidade de preservação dos recursos frente à realidade da agricultura familiar brasileira, de pequenas propriedades e incapaz de separar preservação/ conservação de produção sem perder em eficiência econômica. É claro que o técnico não pode se manter alheio à essa discussão, e deve certamente incentivar a reserva de áreas e a preservação dos recursos, mas, em havendo a possibilidade de se aliar essa preservação à produção de alimentos, despertando ainda nos agricultores a curiosidade acerca de uma produção integrada ao meio no qual está inserida, será que isso não abriria um leque de possibilidades?

A resposta vem do exemplo: o CETAP pratica a implantação de sistemas agroflorestais dentro de uma perspectiva mais ampla, aliando a construção do saber através de oficinas, intercâmbios, mutirões, entre outros, com a conservação dos recursos, preservação das áreas e recuperação daqueles espaços degradados. Além disso, incrementa esse trabalho com outras práticas, puxando para esses espaços a reflexão sobre a educação ambiental, práticas inovadoras de manejo e produção, demonstrando as possibilidades para produzir alimentos sem agredir o meio no qual o agricultor está inserido.

Ainda, leva o agricultor a refletir sobre suas atividades, questionar suas possibilidades e, muito mais do que ouvir sobre a construção da agroecologia, ser um agente ativo nesta construção, especialmente na sua propriedade/ lote, mas também na comunidade/ assentamento no qual vive.

Portanto, a postura diferenciada do técnico ao propor a preservação aliada a produção de alimentos, sem esquecer de todas as particularidades que envolvem o trabalho dentro de uma área de preservação, levando o agricultor, gradativamente e recuperar áreas que dificilmente seriam recuperadas pela disposição do agricultor, demonstra que, embora a tradição nos diga que preservação e produção são dois conceitos que trilham caminhos separados, é possível conciliá-los e harmonizá-los. Mais que isso: é possível fazer com que o ator-agricultor seja agente de transformação positiva nesse processo.

Outro ponto era investigar como os agricultores/ assentados estavam visualizando toda a problemática da recuperação de áreas e preservação dos recursos e como relacionam a idéia de preservação com o trabalho que vêm realizando em suas propriedades/ lotes, fica sanada quando os próprios agricultores relatam, em suas entrevistas, como vêm as transformações que ocorreram nas áreas de preservação que estão sendo manejadas. Isso se demonstra nos relatos sobre o retorno da fauna aos locais, a alegria intrínseca na demonstração de como eles já visualizam alguns resultados, como a qualidade da água, alta qualidade dos produtos oriundos das agroflorestas e o alívio demonstrado por alguns que pensavam, conforme relatado, em suprimir as áreas de nascentes em função da produção e que agora estão produzindo nesses locais com qualidade e sem suprimir os recursos naturais disponíveis.

No entanto, conforme essas questões vão sendo esclarecidas, trazem à tona outras, que talvez sejam a chave para responder uma pergunta que foi feita aos agricultores, mas tentando respondê-la num sentido mais amplo: porque, mesmo se sabendo de todas as vantagens envolvidas na construção de sistemas agroflorestais e nas suas possibilidades de uso como estratégia de recuperação de áreas de preservação, esses espaços ainda são tão limitados (limitados no sentido de poucas ocorrências)? E, indo ainda mais fundo na questão, poder-se-ia pensar em reformular e refinar ainda mais a pergunta: porque, mesmo se sabendo de todas essas vantagens e possibilidades, esses espaços ainda são tão limitados mesmo dentro do trabalho do CETAP?

O que se observa claramente nos relatos e entrevistas em todo o decorrer do estudo, bem como nas observações feitas no decorrer do período, é que, de fato, existe uma falha na questão do empoderamento das concepções.

Muito se discute a necessidade de se levar para os agricultores das propriedades e dos lotes, da agricultura digamos tradicional (na falta de termo mais adequado) e na agricultura da reforma agrária, a discussão e a difusão dos sistemas agroflorestais como um passo adiante no processo de ecologização das propriedades/ lotes e isso fica bastante evidente nos relatos das entrevistas. Muito se fala também da não incorporação, por parte dos agricultores, dos sistemas agroflorestais como uma necessidade e parte importante no desenvolvimento da propriedade com fins ecológicos de produção e como ferramenta para a recuperação de áreas ou mesmo incorporação de elementos, ainda que pontuais, como forma de avanço rumo à criação e desenvolvimento dos sistemas. E todas essas discussões e apontamentos partem do pressuposto de que isso já está enraizado no pensamento dos técnicos ainda que em diferentes graus e sob diferentes perspectivas.

Mas há algo que passa quase despercebido, ficando velado nas discussões e nos depoimentos colhidos, além das observações feitas a campo. Embora a importância dos sistemas agroflorestais como ferramenta importantíssima para desenvolver uma série de ações, entre elas a recuperação de áreas de preservação, seja senso comum entre os técnicos e coordenadores, até que ponto isso é visto como necessidade imediata e está na pauta de prioridades do trabalho dos técnicos?

Porque, no estudo realizado, entre o público abordado, alguns pontos ficaram muito claros: o primeiro deles é que, tanto técnicos quanto agricultores têm muito clara a importância da necessidade da recuperação, preservação e manutenção de áreas de preservação; o segundo, é que todos eles entendem claramente que os sistemas agroflorestais são não apenas uma ferramenta útil, mas importante no contexto das propriedades/ lotes que são parte do trabalho da entidade; o terceiro ponto, é que o desenvolvimento desses sistemas leva a uma reflexão acerca do meio no qual eles (agricultores e técnicos) estão inseridos, do ambiente e suas peculiaridades, das possibilidades de novos desenhos dos sistemas de produção, mais sustentáveis, ou, como foi dito nas palavras de um dos entrevistados “mais inovadores”, mudando as relações com esse meio e com suas formas tradicionais de produção (aqui, grosso modo, desde que essas mudanças venham juntamente com a continuidade do acompanhamento técnico, pois ficou demonstrado que a falta de acompanhamento leva a um abandono do local na maioria das vezes). Esses são apenas alguns pontos que foram observados. Então porque o trabalho com sistemas agroflorestais ainda esbarra em tantas dificuldades?

Então, é claro, parte-se do ponto de vista dos agricultores, que não incorporam essa atividade como de importância para a dinâmica de vida da família, da mesma forma que a

maioria das famílias vê o sustento ou sustentabilidade a curto prazo de sua família como prioridade frente à preservação dos recursos, que seria uma ótica de sustento ou sustentabilidade a longo prazo, o que acarreta que a preservação não é prioridade e não está na pauta de discussão e planejamento da propriedade/ lote na maioria dos casos (e isso é uma observação empírica, e não resultado das entrevistas realizadas), salvo nos casos em que isso é imposto.

Mas e o ponto de vista dos técnicos? Técnicos que trabalham dentro de uma perspectiva agroecológica de produção e dinâmica da propriedade, têm presente e enraizado na sua conduta de trabalho a necessidade da diversificação das atividades de produção, da produção para auto-consumo, da incorporação de técnicas que dialoguem com o meio no qual esses agricultores estão inseridos. E estas são as prioridades de ação, são nessas frentes que todo o trabalho é planejado, e isso se demonstra nos depoimentos dos técnicos.

No entanto, embora os sistemas agroflorestais regenerativos análogos, que são a forma que realmente serve como ferramenta para a recuperação de áreas de preservação pelas questões legais, sejam vistos pelos técnicos como ideais e como um ideal a ser atingido, o desenvolvimento do sistema acaba ficando sempre no horizonte. Os técnicos vêem as outras necessidades como mais imediatas (e aqui não está se afirmando que isso seja incorreto) e tentam centrar seus esforços no desenvolvimento de hortas, pomares, roças, enfim, atividades que sejam mais facilmente absorvidas e desenvolvidas e que tragam desenvolvimento, diversificação e sustentabilidade do mesmo modo, mas não passam necessariamente, pelo processo de mudança de concepção que o trabalho com sistemas agroflorestais proporciona.

É importante frisar que não está se afirmando aqui, que esse procedimento ou postura esteja errado; na verdade essa é uma discussão que esse trabalho não pretende tratar, pois necessita de uma reflexão mais profunda e sob outra abordagem. O que está se tentando é analisar como essas impressões colhidas no decorrer do estudo demonstram os gargalos para a difusão e desenvolvimento amplo dos sistemas agroflorestais como estratégia de recuperação de APP's, pois, ao menos entre os atores analisados, é senso comum que a estratégia é válida e traz resultados.

O que fica muito claro na análise das entrevistas e ao se realizar um cruzamento dos dados, é que existe uma sintonia no pensamento de que a ferramenta proposta traz resultados positivos e gera reflexões sobre outras temáticas que não apenas a recuperação de áreas de preservação. Além disso, as entrevistas mostram a disponibilidade que os agricultores têm em discutir a recomposição de áreas, o replanejamento das atividades, a preservação dos recursos naturais. O que falta é ter técnicos que possam se dedicar mais especificamente ao

desenvolvimento dessas atividades, o que poderia trazer um salto qualitativo no amadurecimento das discussões e práticas. No entanto, o volume de atividades a serem desenvolvidas, especialmente nos assentamentos, para um número nem sempre suficiente de técnicos, leva estes a se concentrarem no desenvolvimento de atividades que sejam capazes de promover a soberania e a sobrevivência desses agricultores a curto prazo, desenvolvendo atividades que sejam capazes de viabilizar a permanência das famílias nos lotes com o mínimo de dignidade.

Assim, atividades como o desenvolvimento de sistemas agroflorestais em áreas de preservação, embora sejam entendidas como de importância, acabam ficando em segundo plano.

Mas a reflexão e discussão das motivações desse processo fogem aos objetivos desse trabalho, ficando como algo aberto, uma observação que pode ser refletida e aprofundada em outra ocasião.

8 CONCLUSÃO

Para o universo de atuação do Centro de Tecnologias Alternativa Populares – CETAP e para os atores envolvidos, está claro (de acordo com os resultados do presente estudo), que os sistemas agroflorestais, desde que dentro de uma perspectiva regenerativa análoga, são uma importante ferramenta para a recuperação de áreas de preservação permanente.

Quanto às dúvidas e incertezas a respeito da legislação, ficou esclarecida a possibilidade de manejo das áreas quando da implementação de um plano de recuperação do local.

Além disso, percebeu-se também que é possível conciliar produção com preservação desde que se faça um sério trabalho de planejamento de acompanhamento das atividades.

A grata surpresa (ou nem tanto uma surpresa) é perceber que os agricultores estão de fato preocupados com a preservação dos recursos naturais e estão abertos a sugestões sobre como proceder com suas áreas. E nesse sentido seu pensamento está em harmonia com o dos técnicos.

Embora os técnicos aleguem que ainda encontram sérias restrições quando o assunto é reserva e recuperação de áreas para fins de preservação, o que se percebeu é que, mesmo havendo resistência para a ação, a semente já está plantada, pois a maioria dos agricultores tem muita clara a importância e necessidade dessas ações (embora seja procedente a alegação dos técnicos).

Esse trabalho não está encerrado, fazendo parte de uma abordagem maior de atividades relacionadas a sistematização e análise do trabalho com sistemas agroflorestais para a instituição e trabalho com assentamentos. A intenção é seguir as atividades avaliando os indicadores de sustentabilidade desenvolvidos e utilizá-los nos assentamentos, para fornecer mais ferramentas para o amadurecimento da questão.

No entanto, já fornece alguns apontamentos, alguns caminhos para se pensar nas potencialidades de se usar novas formas de abordagem para a discussão da recuperação de áreas de preservação que não apenas a imposição simples da lei, através do replantio de espécies sem planejamento, sem acompanhamento e sem perspectiva de desenvolvimento.

A ferramenta é válida e é fato que os atores envolvidos estão convencidos disso e da importância da ferramenta e da recuperação das áreas. O que falta agora é refletir um pouco

mais a respeito dos gargalos apontados no presente relato e tentar entender como esses problemas afetam o desenvolvimento do sistema como um todo.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. Lei n.4.771 de 15 de Setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 369 de 28 de março de 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais de utilidade pública interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 425 de 25 de maio de 2010. Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e outras de uso limitado.

BRASIL. Resolução CONAMA nº429 de 28 de fevereiro de 2011. Dispões sobre a metodologia de recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APPs.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES – CETAP. **Desenvolvimento Agroecológico de Comunidades Rurais.** Passo Fundo, 2008.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES – CETAP. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Três Pinheiros, sede em Sananduva - RS.** Sananduva, 2009.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES – CETAP. **Plano de Recuperação do Assentamento Nova Batalha, sede em Vacaria - RS.** Sananduva, 2009.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES – CETAP. **Plano de Recuperação do Assentamento Nova Esmeralda, sede em Pinhal da Serra - RS.** Sananduva, 2009.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES – CETAP. **Plano de Recuperação do Assentamento Nova Estrela, sede em Vacaria - RS.** Sananduva, 2009.
CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES – CETAP. **Sistemas Agroflorestais e os Sabores da Floresta.** [Passo Fundo], 2008.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável.** Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS. 2000.

PENEIREIRO, F. M. **Sistemas Agroflorestais Dirigidos pela Sucessão Natural:** um estudo de caso. 1999. 149f. Dissertação (Mestrado em Ciências: Área de Concentração Ciências Florestais) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1999.

RAMOS-FILHO, L. O.; NOBRE, H. G.; CANUTO, J. C. **Sistemas Agroflorestais e Transição Agroecológica:** o Caso do Assentamento Sepé Tiaraju, Região de Ribeirão Preto, Brasil. Ribeirão Preto, 2008. Disponível em <
<http://www.sct.embrapa.br/cdagro/tema01/01tema35.pdf>>. Acesso em: 02 fev de 2011.

VIVAN, J. L. **O Papel dos Sistemas Agroflorestais para usos Sustentáveis da Terra e Políticas Públicas Relacionadas:** Relatório e Estudo de Caso. Série PDA (Planos Demonstrativos). Brasília. 2010.

ANEXOS

ANEXO A – Roteiro de entrevista dos técnicos

1. Qual a importância de se introduzir sistemas agroflorestais no trabalho com as famílias acompanhadas pela entidade?
2. Por que o CETAP incentiva a adoção de sistemas agroflorestais no trabalho com agricultores ecologistas e assentados?
3. Os sistemas agroflorestais são uma estratégia válida de geração de renda aliada a preservação dos recursos naturais? Por que? Como se trabalha isso dentro da instituição?
4. Você acredita que o uso de sistemas agroflorestais como estratégia de recuperação de APPs é uma ferramenta válida, podendo auxiliar na conscientização dos agricultores e incentivar a preservação dessas áreas?
5. Por fim, solicitou-se aos coordenadores e demais membros entrevistados, que apresentassem algum exemplo que considerassem relevantes para exemplificar o trabalho da entidade nesse segmento.

ANEXO B – Roteiro de entrevista técnicos dos assentamentos

1. Por que a escolha se sistemas agroflorestais para o trabalho com algumas famílias?
2. Quais os passos para adoção da prática (antes da implantação propriamente dita, como se trabalhou a conscientização das famílias para o proposto trabalho)?
3. Quais os critérios de escolha para as famílias a serem trabalhadas nessa temática?
4. Qual a importância da introdução dessa prática para o cotidiano das famílias?
5. O técnico acredita que o uso de sistemas agroflorestais em áreas de preservação permanente pode contribuir como estratégia de recuperação destas áreas?
6. Como os sistemas agroflorestais podem contribuir com o desenvolvimento das famílias e diversificação da produção?
7. Que trabalhos de conscientização estão sendo feitos com as famílias a partir da implantação das áreas de sistemas agroflorestais?
8. O técnico acredita que a utilização de sistemas agroflorestais está atingindo o objetivo inicial da proposta de trabalho com as famílias?
9. Quais as principais dificuldades e principais avanços alcançados na sua opinião?
10. Quais as próximas etapas previstas para o trabalho com sistemas agroflorestais?

ANEXO C – Roteiro de entrevista agricultores

1. O que você entende por sistemas agroflorestais?
2. Por que aceitou implantar uma área na sua residência?
3. Há quanto tempo existe a área de agrofloresta no lote?
4. O que você entende por uma área de preservação permanente?
5. Por que você acha importante preservar os recursos naturais?
6. Você acha que os sistemas agroflorestais ajudam a preservar os recursos naturais?
7. Você acha possível gerar renda a partir das áreas de sistemas agroflorestais?
8. Você está satisfeito com a implantação do sistema em seu lote?
9. Você pretende ampliar a área? Por que?
10. Quais as principais dificuldades e principais contribuições do SAF no cotidiano do lote?
11. Por que, na sua avaliação não se ampliam as áreas de sistemas agroflorestais nos lotes?
12. O que você notou de melhora na vida da família e organização do lote com a implantação da área?
13. Você considera o sistema agroflorestal como uma boa estratégia de preservação da natureza?
14. Você recomendaria o uso de sistemas agroflorestais como estratégia de preservação dos recursos naturais?
15. E como geração de renda?
16. Como você avalia o trabalho dos técnicos no que diz respeito ao trabalho de conscientização sobre a importância da preservação dos recursos naturais a partir das propostas diferenciadas de trabalho, como os sistemas agroflorestais?